COLEÇÃO
COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

GEOPOLÍTICA E GEOHISTÓRIA MILITAR: DA AMAZÔNIA A RORAIMA

MARCOS DE LIMA GOMES
ELÓI MARTINS SENHORAS

EDITORA UFRR

GEOPOLÍTICA E GEOHISTÓRIA MILITAR: DA AMAZÔNIA A RORAIMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR

Reitor
José Geraldo Ticianeli

Vice-Reitor
Silvestre Lopes da Nóbrega

EDITORA DA UFRR

Diretor da EDUFRR:
Fábio Almeida de Carvalho

CONSELHO EDITORIAL

Alcir Gursen de Miranda
Anderson dos Santos Paiva
Bianca Jorge Sequeira Costa
Fabio Luiz de Arruda Herrig
Georgia Patrícia Ferko da Silva
Guido Nunes Lopes
José Ivanildo de Lima
José Manuel Flores Lopes
Luiza Câmara Beserra Neta
Núbia Abrantes Gomes
Rafael Assumpção Rocha
Rickson Rios Figueira
Rileuda de Sena Rebouças

Editora da Universidade Federal de Roraima
Campus do Paricarana – Av . Cap . Ene Garcez, 2413, Aeroporto - CEP .: 69.304-000. Boa Vista - RR - Brasil
Fone:+55.95.3621-3111 e-mail: editoraufrr@gmail.com

A Editora da UFRR é filiada à:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR



Volume 62

GEOPOLÍTICA E GEOHISTÓRIA MILITAR: DA AMAZÔNIA A RORAIMA

MARCOS DE LIMA GOMES
ELÓI MARTINS SENHORAS



BOA VISTA/RR
2020

Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras

Capa
Berto Batalha Machado Carvalho
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Berto Batalha Machado Carvalho
Elói Martins Senhoras

Organizadores da Coleção
Elói Martins Senhoras
Maurício Zouein

Conselho Editorial
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Maurício Elias Zouein
Sandra Gomes
Sônia Costa Padilha

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

G633g GOMES, Marcos de Lima; SENHORAS, Elói Martins.

Geopolítica e geohistória militar: da Amazônia a Roraima. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020, 153 p.

Coleção: Comunicação e Políticas Públicas, v. 62. Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein (organizadores).

ISBN: 978-65-86062-19-9
http://doi.org/10.5281/zenodo.3813843

1- Amazônia. 2 - Geohistória. 3 - Geopolítica. 4 - Roraima.
I - Título. II - Gomes, Marcos de Lima. III - Senhoras, Elói Martins. IV - Série

CDU – 327.82(811)

FICHA CATALOGRÁFICA: BIBLIOTECA CENTRAL DA UFRR

A exatidão das informações, conceitos e opiniões são de exclusiva responsabilidade do autor.

EDITORIAL

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), criou a "Coleção Comunicação & Políticas Públicas" com o objetivo de divulgar livros de caráter didático produzidos por pesquisadores da comunidade científica que tenham contribuições nas amplas áreas do conhecimento.

O selo "Coleção Comunicação & Políticas Públicas" é voltado para o fomento da produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância científica e didática para atender aos interesses de ensino, pesquisa e extensão da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo.

As publicações incluídas na coleção têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* em diferentes áreas do pensamento científico e para a consolidação de uma comunidade científica comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates nestas áreas.

Concebida para oferecer um material sem custos aos universitários e ao público interessado, a coleção é editada nos formatos impresso e de livros eletrônicos a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein
(Organizadores da Coleção Comunicação & Políticas Públicas)

A presente obra contou com financiamento de pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), razão pela qual são estendidos agradecimentos pelo decisivo apoio institucional!

PREFÁCIO

Nesta obra deparamos com fragmentos geohistóricos e geopolíticos de conteúdo significativo para uma reflexão sobre distintos eventos históricos e geopolíticos amazônicos, que provoca um outro olhar sobre sua relação com a história militar, desde a colonização ao século XXI na Amazônia. A evidência disso é revelada durante seu desenvolvimento teórico ao estabelecer interface com os diferentes momentos de ocupação europeia na referida região, por meio da fortificação dos territórios que foram ocupados a partir da colonização.

Os autores ultrapassaram obstáculos teórico-metodológicos ao reunirem distintas abordagens no referido livro, no qual apresentou o conceito geohistórico da Amazônia Caribenha. Conceito desenvolvido por nós, no Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia (NUPEPA) da Universidade Federal de Roraima (UFRR), que apontou plural conexão entre o processo histórico e geopolítico regional amazônico caribenho, vivido por múltiplas sociedades: europeus, indígenas e africanos, presentes nesse contexto regional ao longo dos últimos seis séculos.

Nessa perspectiva, a obra trata o regionalismo amazônico fazendo uso dos diversos textos que fomentaram a elaboração de um universo *continuum* com suas peculiaridades, que transcendem as divisões políticas e o processo de fortificação. Assim, os autores, desta relevante pesquisa, abordaram um importante tema regional, revelando algumas especificidades de nossa região amazônica e dos países que compartilham a fronteira, que se integram não apenas pela geografia física, mas também pelos processos históricos e militares.

É fato digno de nota ser esta obra estimula diferenciadas percepções acadêmicas para promover maior conhecimento da região Amazônica. Nessa acepção, este livro, como resultado de sua produção em pesquisa, é um incentivo ao leitor da região amazônica para ampliar o conhecimento sobre os vários aspectos da história militar e o processo de fortificação, desde a colonização dos europeus até o período contemporâneo.

Boa leitura!

Reginaldo Gomes de Oliveira

Professor titular na área de História e pesquisador da Universidade Federal de Roraima (UFRR)

APRESENTAÇÃO

O presente livro traz uma ampla e resumida análise dos fenômenos geopolíticos, geohistóricos e militares que corroboraram para a atual conformação do espaço amazônico a partir da metade do século XV, permeadas por explorações de indígenas, e pela consolidação de uma geopolítica lusitana por meio da presença de fortificações militares espacializadas por quase toda Amazônia, dando início ao processo de ampliação do Poder Militar na Amazônia Setentrional, até a conformação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva na cidade de Boa Vista em 1992.

A pesquisa tem como objetivo fazer apontamentos sobre os processos geopolíticos e geohistóricos sob um prisma militar sobre a Amazônia (séculos XV ao XXI), bem como analisar suas implicações para o Estado brasileiro sob uma ótica de hermenêutica geográfica, identificando os fenômenos que corroboram para a ampliação do Poder Militar na Amazônia a partir da conformação portuguesa nesta região, que transformaram sua configuração territorial através de estratégias de contenção e de defesa com fortificações militares e da consolidação da geopolítica lusitana na Amazônia.

O estudo permite ao leitor ampliar o conhecimento, tanto, espacial-histórico, quanto cultural militar do estado de Roraima, com apresentação de descrições da presença e ocupação militar portuguesa a partir da metade do século XVIII com a construção do Forte São Joaquim do rio Branco, ao século XXI com a consolidação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva na cidade de Boa Vista, com apresentação de uma longa trajetória geohistórica e geopolítica, dialogando com diversas áreas do conhecimento a fim

de explicitar o contexto histórico-militar e a Geopolítica Regional Amazônica.

A pesquisa encontra-se alicerçada num método histórico-dedutivo, caracterizado por uma natureza exploratória, explicativa e descritiva. O trabalho resultou no presente livro, tomando como referência os procedimentos metodológicos de revisão bibliográfica e documental no levantamento de dados, combinados ao uso de hermenêutica geográfica e histórica, bem como análise gráfica e geoespacial como instrumentos de análise de dados.

O livro subdivide-se em dois momentos distintos, onde, o primeiro capítulo visa fazer uma análise resumida, notadamente, fenômenos geopolíticos a partir das explorações e/ou expedições de europeus na Amazônia e dos múltiplos conflitos socioculturais decorrentes desses processos de europeização. No segundo capítulo, é ilustrada uma discussão a respeito da presença e consolidação portuguesa na região do Vale do rio Branco (atual estado de Roraima) por meio do Forte São Joaquim do rio Branco em 1775, o que derivou na ampliação do Poder Militar na Amazônia Setentrional.

Os resultados apresentados na presente pesquisa, representam arcabouços que envolveram questões geopolíticas, geohistóricas e militares sobre a Amazônia, com base em uma rica leitura sobre a Amazônia Caribenha derivada da literatura holandesa relativamente conhecida no Brasil, bem como, apresenta-se um ciclo de vida do Poder Militar no estado do Roraima a partir da desativação do Forte São Joaquim do rio Branco em 1900, subdivididos em cinco momentos da historiografia de Roraima.

Com base nos resultados da pesquisa, conclui-se que vários foram os fenômenos geopolíticos, geohistóricos e militares que motivam a expansão e exploração da Amazônia por meio do processo de europeização e da conformação portuguesa na região,

principalmente por meio de uma política expansionista de contensão e de defesa com a presença de fortificações militares, e, posterior materialização do Estado brasileiro, desencadeando um longo e lento processo da ampliação do Poder Militar na Amazônia Setentrional, especificamente no estado de Roraima.

Desta forma, convidamos a todos que façam a leitura do presente livro na certeza de que encontrarão uma gama de informações relevante e com riqueza de detalhes da historicidade da Amazônia e de seus atores que outrora contribuíram para a atual conformação do Estado brasileiro, bem como, para aqueles que deixaram sues legados no então Vale do rio Branco, atual estado de Roraima.

Uma ótima leitura!

Marcos de Lima Gomes

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 19

CAPÍTULO 1 |
Geopolítica e Geohistória Militar na Amazônia 51

CAPÍTULO 2 |
Geopolítica e Gehistória Militar na Amazônia Setentrional e em Roraima 81

CONSIDERAÇÕES FINAIS | 125

REFERÊNCIAS | 133

SOBRE OS AUTORES | 145

Dedico este livro, primeiramente ao Criador, a minha amada família, bem como a todos aqueles que me confiaram tão nobre missão.

Selva!

Marcos de Lima Gomes

Dedico esta obra à magnífica mulher que, cheia de inteligência, resplandece o melhor. Nos braços de sua beleza, me traz segurança e fortaleza.

Te amo Cândida!

Elói Martins Senhoras

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O presente livro traz uma síntese ampliada dos eventos geohistóricos que envolveram as primeiras expedições e/ou explorações de europeus na Amazônia, nos quais se procurou entender os processos históricos dos múltiplos conflitos socioculturais decorrentes de acontecimentos geopolíticos e militares a partir da metade do século XV. Assim, acredita-se que pesquisa possui grande relevância, uma vez que procura conhecer e compreender o contexto objetivo e subjetivo da comunidade científica no momento da concepção do capital científico sobre o tema, em que várias correntes teóricas convergem ou divergem acerca, dada a especificidade dos debates e teorias construídas neste campo científico.

Fundamentado em uma ótica de hermenêutica geográfica e geohistórica, este livro tem o objetivo de compreender e entender como ocorreu o longo e duradouro processo de ocupação e de exploração da Amazônia, permeados por fenômenos geopolíticos, geohistóricos e militares a partir do século XV até a consolidação portuguesa na região, bem como identificar o processo de militarização por meio do Forte São Joaquim do rio Branco (1775) no estado de Roraima.

O trabalho divide-se em dois momentos que se dialogam durante o seu desenvolvimento por meio de vários fenômenos históricos reconhecidos pela Geografia com resultado da ação humana repercutido diretamente no espaço geográfico, em que Braudel (1985) propõe em seus estudos que, para a realização de um mesmo objeto de estudo é necessário que se faça o exame de três temporalidades distintas (longa, média e curta duração), respeitando os respectivos ritmos, estabelecendo como base a análise historiográfica do espaço geográfico.

A pesquisa baseia-se numa lógica de discurso fundamentada nos princípios de Santo Agostinho com base em uma gradação crescente, de modo que em um primeiro momento são discutidos eventos geopolíticos da presença europeia, notadamente por portugueses, ingleses, espanhóis, franceses e holandeses na Amazônia, os quais desencadearam um processo de militarização por meio de fortificações militares a partir da metade do século XV, até se chegar a discussões contemporâneas sobre as Forças Armadas brasileiras na Amazônia que chegam até o século XXI.

A pesquisa está fundamentada em hermenêutica geográfica (interpretação) e ótica militar, nos quais se buscou identificar os múltiplos eventos geohistóricos até a conformação portuguesa na Amazônia por meio de políticas expansionista e de contensão com construções de fortificações militares, tendo marco definidor no Vale do rio Branco com a instalação do Forte São Joaquim do rio Branco, em 1775, o qual foi desativado em 1900, concluindo, assim, um longo e lento processo da presença de fortificações lusitanas na Amazônia.

A geopolítica da Amazônia transcorreu a partir da presença e ocupação europeia que transformaram sua configuração ao longo de séculos por meio de expedições e/ou exploração de europeus na região pelos múltiplos conflitos socioculturais trazendo transformações do sistema político, os quais possuíam intenção de expansão territorial da cultura ocidental oriunda das monarquias ibéricas e das elites burguesas da Europa, que travavam disputas pela partilha do poder central e o direito do comércio no Atlântico Norte que trouxe profundas transformações geopolíticas e socioeconômicas para a região.

A revelação da “descoberta” da Amazônia aguçou uma gama de exploradores para a região ocasionando o fenômeno da europeização no mundo amazônico aumentando disputas geopolíticas entre países ibéricos, que ao longo do tempo

desencadearia um extenso processo de militarização por meio da construção de fortes, consolidando a ocupação e a defesa territorial pelas as nações da Europa. É nesta emaranhada discussão, que se buscou a compressão de como aconteceu os principais fenômenos geopolíticos que transformaram o espaço amazônico, entre conflitos étnicos, socioeconômica e por disputas territoriais até a consolidação da geopolítica portuguesa na Amazônia.

Em um segundo momento, a pesquisa aborda alguns dos principais fenômenos que corroboram para a ampliação do Poder Militar na Amazônia Setentrional, especificamente no Vale do rio Branco (atual estado de Roraima) a partir da desativação do Forte do rio Branco em 1900, que traria preocupação do Estado brasileiro em se fazer presente nesta região, principalmente pelo fato de pouca presença estatal e da fragilidade em áreas fronteiriças, o que possibilitou na construção de um ciclo de vida deste Poder Militar, com ênfase no Exército Brasileiro e na análise da geopolítica roraimense.

Após a desativação do Forte do rio Branco em 1900, o Estado brasileiro buscou por meio de políticas expansionista e de integração nacional fazer-se presente em áreas até então com pouco presença estatal, notadamente a partir da década de 1930 com estratégia protecionista com criação de unidades militares na Amazônia e com a criação de Territórios Federais em áreas consideradas estratégicas pela defesa nacional, e assim organizar o espaço brasileiro, uma vez existir a necessidade de proteção das regiões fronteiriças devido à baixa densidade demográfica, a preocupação com a escassa presença estatal nestas regiões.

O processo de ampliação do Poder Militar na Amazônia Legal acontece de modo tímido e pontual, ainda que esta região corresponde mais da metade do territorial nacional. A partir da década de 1960, vários foram os acontecimentos geopolíticos que corroboram para que ocorressem maior diluição de unidades

militares nesta região, que impactaria diretamente em mudança de postura do governo central e tornasse a Amazônia como prioridade junto a agenda de defesa nacional, principalmente em áreas fronteiriças, como foi o caso da Amazônia Setentrional.

Como procedimentos metodológicos, a pesquisa está estruturada e balizada quanto à finalidade, bem como quanto aos meios utilizados durante a coleta de dados e trabalhos de diferentes procedimentos metodológicos de coleta, além de análise de dados primários e secundários que dão fundamentação ao estudo e a produção dos conhecimentos sobre a temática em questão. Quanto aos fins, a presente pesquisa é classificada como exploratória, explicativa e descritiva dos fenômenos geopolíticos, geohistóricos da Amazônia a partir da metade do século XV, bem como na identificação da evolução do Poder Militar no estado de Roraima, por meio do Exército Brasileiro.

Quanto aos meios, a pesquisa possui um delineamento do estudo que se caracteriza por uma abordagem quali-quantitativa, pela combinação híbrida de coleta e análise objetiva e subjetiva de dados sobre o processo de ampliação do Poder Militar no estado de Roraima. Quanto aos métodos, fundamenta-se num método hipotético-dedutivo, admitido para a aquisição e análise de dados, baseado no uso congruente de métodos de revisão bibliográfica documental.

Quanto ao procedimento teórico-conceitual, a pesquisa está fundamentada em um olhar multidisciplinar dos conceitos de Geopolítica e Geohistória com enfoque para a Amazônia Legal, que se instrumentaliza ao longo dos capítulos por meio da vertente teórica racionalista, a partir da qual se pretende expor ao leitor algumas considerações a respeito do estudo tendo como base autores que se destacaram durante a revisão bibliográfica.

Com base neste procedimento, foi possível realizar uma ampla análise geopolítica dos fenômenos que corroboram para mudanças significativas no espaço amazônico por meio da europeização na região, bem como na identificação da consolidação de uma geopolítica lusitana na Amazônia por meio de fortes militares, além da identificação geohistórica de um ciclo de vida periodizado, por nós nominado de cinco fases:

1. Embrionária;
2. Déficit do Poder Militar institucional;
3. Reintegração do Poder Militar institucional;
4. Institucionalização e irradiação de Organizações Militares em Roraima; e,
5. Reestruturação do Exército Brasileiro por meio de criação e/ou transferências de Organizações Militares.

Como resultado, a pesquisa trouxe um arcabouço que envolveu questões geohistóricas sobre a Amazônia, com base em uma rica leitura sobre a Amazônia Caribenha derivada da literatura holandesa relativamente conhecida no Brasil, bem como foi identificado o processo de ampliação do Poder Militar na Amazônia Legal, notadamente no estado de Roraima, por meio da consolidação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf Sl) na cidade de Boa Vista a partir do ano de 1992 e de suas Organizações Militares Diretamente Subordinadas.

DELINEAMENTO DA AGENDA DE PESQUISA

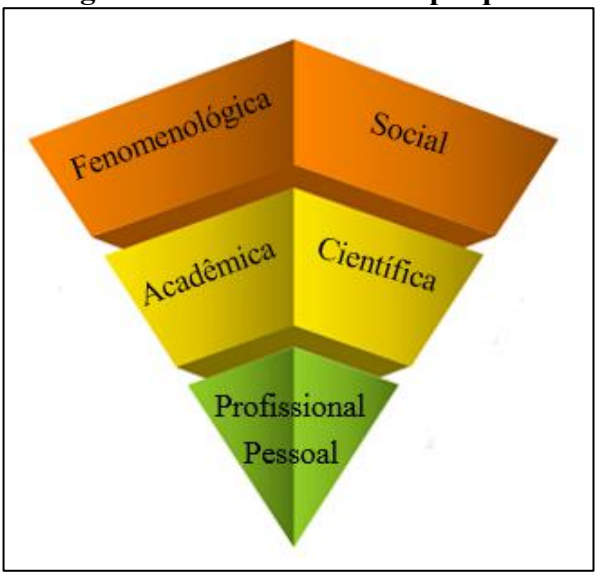
A agenda de pesquisa apresentada neste livro toma como referência uma estrutura de fundamentação baseada em um *mix* de

justificativas e um encadeamento de lógica histórica dedutiva que é delimitada por um problema e por uma tese, repercutindo, assim, na delimitação de um objetivo geral e de seus objetivos específicos.

JUSTIFICATIVA

Os fins que fundamentaram o desenvolvimento da presente pesquisa estão consolidados em três pilastras que manifestam macro e micro motivações, caracterizando-se pela complementaridade coletiva e individual existente nos perfis de três justificativas suplementares que levam em consolidação dos níveis abstratos e concretos por meio das óticas: fenomenológica/social, acadêmica/científica e profissional/pessoal (figura 1).

Figura 1 – Justificativas da pesquisa



Fonte: Elabora própria (GOMES; SENHORAS, 2020).

A justificativa fenomenológica/social fundamenta-se, notadamente na lacuna existente na literatura brasileira e na crescente relevância de debates sobre eventos histórico-militares que envolveram as primeiras expedições e/ou explorações de europeus na Amazônia, e da ampliação do Poder Militar do Exército Brasileiro no estado de Roraima, razão pela qual a presente pesquisa surge como elemento aglutinador junto a esta temática.

A justificativa acadêmica/científica decorre da lacuna existente em análises empíricas de discussões teóricas sobre transformações e fenômenos que motivaram as mudanças de posturas, da espacialização, do pensamento e da presença militar para a Amazônia Legal, a fim de contextualizar os acontecimentos geohistóricos militares no estado de Roraima, compreendendo o que motivaram tais fenômenos e as possíveis lacunas existentes na literatura.

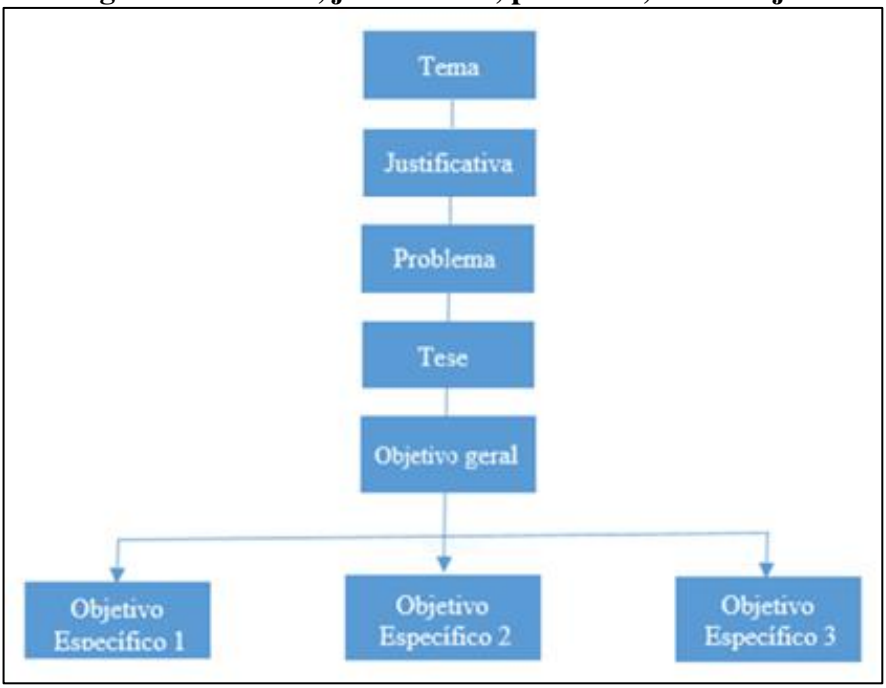
A justificativa profissional/pessoal reside na experiência prévia dos autores, respectivamente, como militar da reserva e como pesquisador da área de Defesa, bem como no interesse dos mesmos em querer entender quais foram os fenômenos que motivaram as transformações do espaço amazônico por meio de uma hermenêutica geográfica e histórica, culminando assim na ampliação do Poder Militar na Amazônia Legal, especificamente no estado de Roraima.

PROBLEMA, TESE, OBJETIVOS, MEIOS E RESULTADOS DA PESQUISA

O presente trabalho encontra-se fundamentado em uma estruturação com um encadeamento lógico e sequencial de cinco etapas que é rapidamente identificado por meio de um fluxograma a partir de uma apresentação do *tema,* de *justificativas* da pesquisa,

o que derivou na identificação de um *problema*, e uma *tese* de pesquisa, viáveis de desenvolvimento em função da identificação dos *objetivos*, *meios* e *resultados* da investigação, os quais se materializam em quatro capítulos (fluxograma 1).

Fluxograma 1 - Tema, justificativa, problema, tese e objetivos



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2020).

PROBLEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA

A pesquisa está materializada em um problema que se manifesta no questionamento em compreender quais foram os

fenômenos que justificaram as primeiras expedições e/ou explorações de europeus na Amazônia a partir da metade do século XV, bem como busca saber como ocorreu o fenômeno da ampliação do Poder Militar no estado de Roraima?

A tese que conduziu a pesquisa fundamenta-se em uma perspectiva de desenvolvimento institucional exógeno que inicialmente é coercitivamente instrumentalizado por Portugal nestes territórios e posteriormente pelo governo central do Brasil imperial e republicano.

Para obtenção de respostas, fez-se necessário compreender o processo histórico dos múltiplos conflitos socioculturais decorrentes de acontecimentos geopolíticos e militares a partir da metade do século XV sobre a Amazônia, tendo em vista a importância de se conhecer e compreender o contexto objetivo e subjetivo da comunidade científica no momento da concepção do capital científico sobre o tema, em que várias correntes teóricas convergem ou divergem acerca, dada a especificidade dos debates e teorias construídas neste campo científico.

A presente pesquisa teve como fundamento a pretensão de analisar o contexto geopolítico da Amazônia a partir da metade do século XV até o século XXI sob uma ótica da hermenêutica geográfica e de uma geohistória militar do estado de Roraima, por meio de dois recortes intermediários que se inter-relacionam na conformação dos capítulos da pesquisa e que permitem corroborar com o diagnóstico que se pretende fazer em razão dos objetivos identificados - um objetivo geral e dois objetivos específicos (quadro 1).

Quadro 1 – Objetivos da pesquisa

Objetivo geral		
Analisar os processos geopolíticos e geohistóricos sob o prisma militar na Amazônia (séculos XV ao XXI).		
Objetivos específicos	**Meios**	**Resultados**
1- Analisar o processo geopolítico na Amazônia a partir do final do século XV e suas principais implicações para o Estado brasileiro, via hermenêutica geográfica.	Estudo bibliográfico sobre o processo de geopolítico e de europeização a partir do processo de ocupação e/ou exploração da Amazônia do século XIX ao século XXI.	Capítulo 1
2- Identificar o processo geohistórico e militar e os principais fenômenos que corroboram para a ampliação do Poder Militar no estado de Roraima.	Estudo bibliográfico sobre o processo de geopolítico e geohistórico, por meio de uma revisão bibliográfica e hermenêutica geográfica.	Capítulo 2

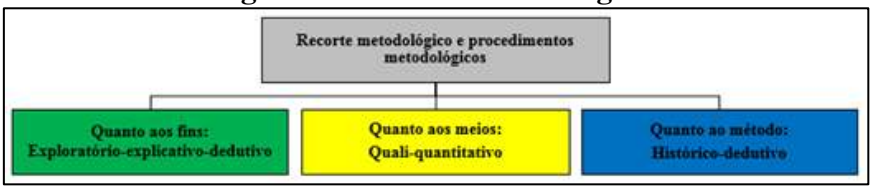
Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2020).

RECORTE METODOLÓGICO DA PESQUISA

Consoante com a delimitação dos objetivos específicos, seus meios e resultados, os procedimentos metodológicos estão conformados numa lógica de classificação, cujo conjunto determina todo o arcabouço da pesquisa de forma a direcionar na busca por respostas aos questionamentos elencados anteriormente, já que são identificadas algumas escolhas de métodos e técnicas de investigação que visa avaliar processo histórico dos múltiplos conflitos socioculturais decorrentes de acontecimentos geopolíticos e militares a partir da metade do século XV sobre a Amazônia.

Sendo assim, a presente pesquisa fundamenta-se metodologicamente, quanto à finalidade, bem como aos meios utilizados na coleta e trabalho de diferentes procedimentos metodológicos de coleta, processamento e análise de dados primários e secundários que fundamentou o estudo e a produção dos conhecimentos dos processos geopolíticos e geohistóricos da Amazônia (figura 2).

Figura 2 - Recorte metodológico



Fonte: Elabora própria (GOMES; SENHORAS, 2020).

Quanto aos fins, classifica-se como descritiva-explicativa-exploratória, pois fundamenta-se nas análises e caracterizações de

processos geopolíticos e históricos militares na Amazônia a partir da metade do século XV.

Quanto aos meios, a pesquisa possui um delineamento do estudo que se caracteriza por uma abordagem quali-quantitativa, com combinação híbrida de coleta e análise objetiva e subjetiva de dados sobre o processo geohistórico e da ampliação de Poder Militar no estado de Roraima.

Quanto aos métodos, está fundamentada num método histórico-dedutivo, admitido para a aquisição e análise de dados, baseado em revisão bibliográfica e documental, utilizados transversalmente em ambos os capítulos da pesquisa a partir de publicações disponíveis, decorrentes de pesquisas anteriores em livros, periódicos e diversos documentos impressos, inserindo-se também documentos em formato eletrônico.

Quanto aos procedimentos metodológicos e instrumentos da coleta e análises dos dados utilizados no presente trabalho, foram delimitados por duas categorias especificas, a primeira quanto ao uso de dados, seja enquanto instrumentos de coleta, e a segunda quanto aos instrumentos de análise de dados primários (informações brutas) e secundários (informações previamente trabalhadas por terceiros).

Os instrumentos de coleta de dados utilizaram-se de levantamento bibliográfico e documental, o que permitiu realizar análises com informações quali-quantitativas com base empírica, documental e teórico-normativa, derivando de consulta de fontes secundárias de dados, em livros, periódicos, dissertações e textos eletrônicos, e fontes primárias de dados, em documentos normativos e bases estatísticas presentes em portais eletrônicos de órgãos públicos federais, estaduais e/ou municipais.

Os instrumentos de análises de dados consistem fundamentalmente numa concepção de análise exploratória-

explicativa, tanto de dados primários adquiridos de legislações específicas e de dados secundários obtidos na literatura científica especializada encontrados em diferentes meios. Para tanto, foram empregados como instrumentos de análise uma dupla funcional conduzida principalmente pela hermenêutica geográfica ajustada ao uso pontual de análise textual.

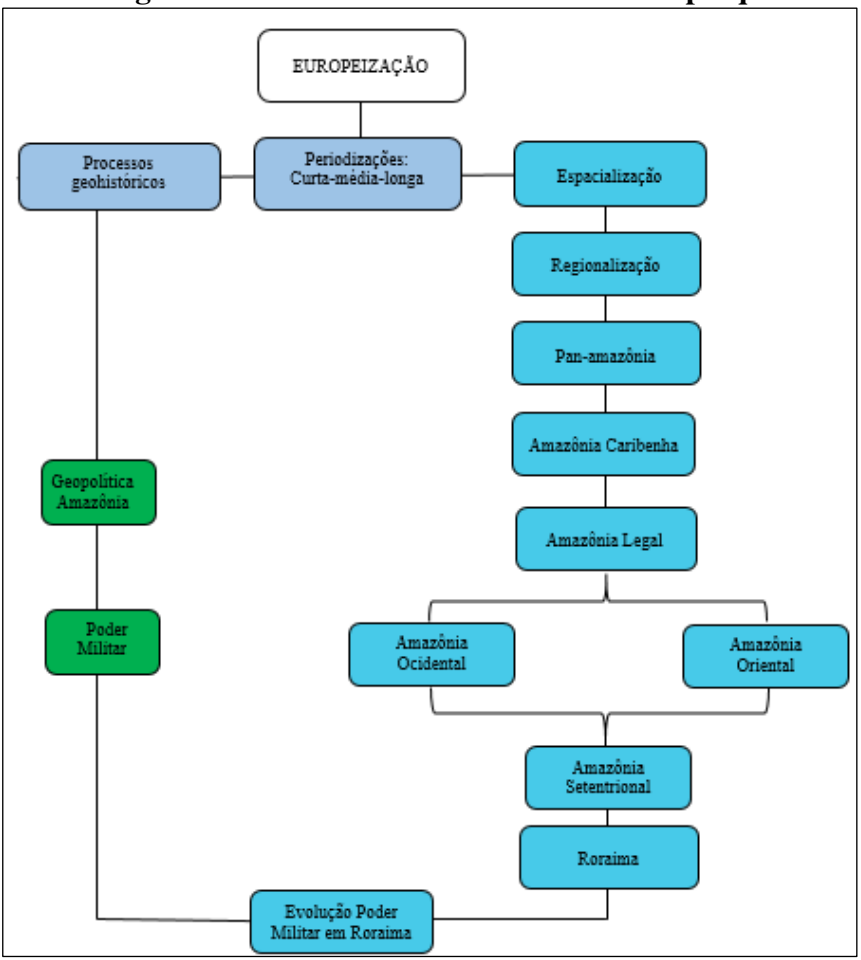
RECORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

A pesquisa se desenvolveu com base numa leitura multidisciplinar conduzida, sobretudo, por hermenêutica geográfica e geohistórica fundamentadas em periodizações dos estudos históricos (BRAUDEL, 1985; CASTRO, 1971; RIBEIRO, 2005); de espacialização das ciências geográficas (SANTOS, 2001; 2002); estudos geopolíticos (BECKER, 2001; 2005; MATTOS, 1980); dentre outros, a fim de analisar o ciclo de vida do Poder Militar do Exército Brasileiro no estado de Roraima a partir da consolidação do Forte São Joaquim do rio Branco (1775).

A construção lógica conceitual está apresentada por meio de um fluxograma teórico (fluxograma 2) que visa funcionalmente analisar os principais fenômenos da exploração da Amazônia a partir da metade do século XV, culminando com a ampliação do Poder Militar na Amazônia Setentrional, notadamente no estado de Roraima.

Nesse sentido, o fluxograma 2 se apresenta estruturado em dois módulos conceituais, por nós nominado, com a finalidade de apontar as principais concepções utilizadas durante a pesquisa. Portanto, no primeiro módulo derivam os conceitos de Geohistória, Periodizações (curta e longa duração), de Geopolítica para Amazônia e de Poder Militar na Amazônia Setentrional.

Fluxograma 2 - Recorte teóricos utilizados na pesquisa



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2020).

De outro lado, encontram-se apresentados o segundo módulo conceitual de Espacialização com base nos conceitos de Espaço e Regionalização com as derivações de Pan-Amazônia,

Amazônias Caribenha e Legal, bem como das subdivisões de Amazônia Ocidental, Oriental e Setentrional.

No primeiro módulo, o fenômeno da Europeização, pressupõe na capacidade de impor algo, de querer parecer com algo, é nesse contexto que o processo de europeização na Amazônia surge numa tentativa de atribuir características europeias na região, notadamente para os povos nativos. Para Oliveira (2003), este fenômeno na Amazônia ocorreu após a descoberta da rota fluvial interligada ao rio Amazonas que tinha como acesso o Oceano Pacífico, cuja sistematização da navegação fluvial-marítima entre o rio Amazonas e o Atlântico se constituiu como elo entre indígenas que habitavam o Novo Mundo e os europeus.

Paulo (2006) ressalva que a europeização não repercute em um processo estável, nem linear, muito menos homogêneo, pois, sempre será produto entre a capacidade europeia de forçar e a capacidade interna de absorver, acomodar-se e praticar:

> O fenómeno de Europeização não decorre, assim, de um processo abstracto e mecânico com vista à unificação ou harmonização total de realidades diversas e pré existentes. A incorporação na instituição parlamentar de novas normas decorrentes de decisões europeias passa por um crucial processo de interpretação, que avalia as obrigações impostas e as consequências da sua incorporação e ajustamento ao quadro em vigor (PAULO, 2006, p. 04).

No que concerne ao conceito de Geohistória, Braudel (1985) propõe em seus estudos que, para a realização de um mesmo objeto de estudo é necessário que se faça o exame de três temporalidades distintas (longa, média e curta duração), respeitando os respectivos ritmos, estabelecendo como base a análise

historiográfica do espaço geográfico e, assim, possibilitando a relação entre a sociedade e o meio natural e com o espaço concebido geograficamente, partindo da verificação da existência de limites impostos à atividade humana.

Portanto, a pesquisa adotou como referência o conceito de Geohistória a partir da análise dos processos da presença de explorações/expedições europeia na Amazônia, bem como a presença e a ocupação militar no estado de Roraima, enfatizando a relevância da Ciência Geográfica na construção de seu método histórico de longa duração, permitindo ampliação do próprio campo histórico por meio ambiente, das paisagens culturais, dos territórios nacionais, da expansão do capitalismo (RIBEIRO, 2005).

No entanto, para Castro (1971), a Geohistória é considerada como sendo um conjunto de temas que foram habilmente escolhidos para demonstrar a abrangência de todos os problemas históricos, quando neles se procura o seu fundamento geográfico; assim, caracteriza-se como a ciência geográfica das sociedades históricas organizadas sobre o espaço natural, ou seja, compreender os fenômenos que contribuíram na transformação do espaço geográfico roraimense em momentos pretéritos, que nele se organizaram em dado espaço-tempo.

Desse modo, os embasamentos gerais sobre a importância da Geohistória surgem como balizas para o entendimento acerca do amplo processo exploratório da Amazônia que culminaria na evolução da presença e ocupação militar para a Amazônia Legal, no particular no estado de Roraima, pois traz consigo a dupla ligação entre o meio-homem, cujas interpretações perpassam séculos, “além do mais, do ponto de vista epistemológico, a reflexão braudeliana, ao recusar a dicotomia homem-meio e interrogar as barreiras disciplinares, representa uma crítica à ciência moderna antes mesmo da emergência do pós-estruturalismo nos anos 1960 e 1970” (RIBEIRO, 2005, p. 609).

Com relação as periodizações, é imperativo que se possa discutir a noção de evento, uma vez que eles mudam as coisas e transformam os objetos, dando-lhes novos atributos, sendo impossível haver evento sem ator e sem sujeito: “os eventos históricos supõem a ação humana. De fato, evento e ação, são sinônimos” (SANTOS, 2002, p. 147).

Logo, as periodizações de curta, média, longa durações representadas pelos períodos de: Embrionária; Déficit do Poder Militar; Retomada do Poder Militar institucional; Institucionalização e irradiação de Organizações Militares, e da Reestruturação do Poder Militar, repercute diferentes pensamentos geopolíticos nos respectivos períodos por parte de distintos autores, numa perspectiva voltada para a região da Amazônia Legal e suas subdivisões.

No diz respeito a questão Geopolítica para a Amazônia Legal possui amplas e difusas discussões entre estudiosos da temática no Brasil, dente eles, destacando-se o General Carlos de Meira Mattos, que possui diversos trabalhos geopolíticos com difusão no âmbito nacional e internacional. Suas obras denotam preocupação em projetar o Brasil no cenário mundial, para tanto, discorre que haveria de ter necessárias transformações no país para que houvesse projeção global, tendo como expoente sua obra “Uma Geopolítica Pan-Amazônica de 1980”.

O general Meira Mattos é considerado pela crítica especializada em estudos estratégicos, o estrategista que conseguiu deslocar, dentro das concepções geopolíticas do Brasil, os eixos de tensões do Cone Sul para a Amazônia, (MEDEIROS, 2016). Enquanto para Mattos (1980), a Geopolítica é considerada como sendo a política aplicada aos espaços geográficos, se enquadrando no campo das ciências, com reflexões normativas que busca compreender as relações entre política e geografia, tanto nas Geografias Humana e Política, e a Geopolítica como sendo a

aplicação expressa nos espaços geográficos, o poder de decidir sobre os espaços.

Na concepção de Becker (2005), a Geopolítica é considerada como sendo um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico, e sempre esteve sob forças exógenas de intervenções, podendo ser moderada ou até conflituosas por conquistas de territórios, e, por forças endógenas, sob o prisma de políticas econômicas, integracionista e de segurança e defesa, principalmente a partir do período do Estado Novo (1930-1945) durante o governo de Getúlio Vargas, e *posteriori* implementação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), lançado em 1953.

Na Amazônia, a questão geopolítica sempre esteve intrinsecamente ligada aos interesses econômicos, mas sempre foram malsucedidos, via de regra, durante sua implantação, devido à falta de capacidade de articulação em estabelecer base econômica e populacional durável e ao mesmo tempo garantir a soberania sobre sua área. Para Becker (2001), o controle territorial teve sucesso devido a estratégias de intervenção em locais estratégicos, de retenção gradativa da terra (*uti possidetis*) e pela formação de unidades administrativas diretamente vinculadas ao governo central.

Becker (2006) apresenta a regionalização como estratégia de desenvolvimento sustentável, como uma ferramenta do planejamento, que possui três macrorregiões que são conformadas por funções de tendência demográfica, alterações no padrão de uso da terra e dinâmica da economia regional dos centros urbanos e legislação ambiental. A primeira macrorregião, segundo Souza *et al*. (2008, p. 01), é descrita em função do povoamento consolidado,

> agrupadas em cinco sub-regiões: arco da embocadura; núcleos de mineração do Leste e Sudeste do Pará; corredor do Araguaia-Tocantins; áreas intensivas em tecnologia agroindustrial; e áreas de agropecuária tradicional e sistema agroflorestal. A segunda macrorregião descrita é a Amazônia Central e finalmente a última é a Amazônia Ocidental.

Assim, uma geopolítica importante decorre da interação de fatores como povoamento, atividade econômica e índice de preservação ambiental, que é apresentado por Becker (2006) na obra "Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio", na qual afirma que a Amazônia possui três ambientes de integração distintos:

> A Região do povoamento adensado, que requer uma consolidação do desenvolvimento; a Região da Amazônia Central, onde a ação política deve compatibilizar produção e conservação; e, por fim, a Amazônia Ocidental, que exige vigilância e expansão orientada "como palavras chave para a ação política". Essa classificação serviu de base para os projetos do Plano Amazônia Sustentável (VILLAS BÔAS, 2013, p. 70).

Ademais, antes de qualquer abordagem deve-se definir e balizar suas dimensões sobre a Amazônia, tendo como referências as dimensões humana, ambiental, ciência e tecnologia e do desenvolvimento econômico, assim, as quatro ideias-forças permitem que se contabilizem todas as diferentes visões e se atenda às necessidades dos múltiplos atores envolvidos (VILLAS BÔAS, 2013).

No campo da capacidade de força militar existente no estado de Roraima, é mensurada a partir do conceito de Poder Militar do Estado, sendo ele um componente do poder nacional, com base no seu aparato militar, que a Nação dispõe para, em consonância com a vontade nacional, atingir seus interesses (BRASIL, 2019a). Desse modo, segundo Lourenção (2007), caberá ao Poder Militar o fornecimento de recursos, análises e alternativas estratégicas para que o poder político possa definir como o Estado deverá empregar e/ou não sua força militar. Assim, após estabelecidas estas definições, será definida as funções das Forças Armadas e operacionalizá-las.

De acordo com Alsina Júnior (2009), o Poder Militar necessita de etapa prévia ao estudo do ente estatal ao qual irá relacionar-se [**...**] "por exemplo, sustenta que o poder militar expressar-se-ia por meio de ameaças, permitiria a coerção, dissuasão e proteção, além de dar origem a políticas governamentais como a diplomacia coercitiva, a guerra e as alianças" (ALSINA JÚNIOR, 2009, p. 185).

Contudo, no caso específico de uma potência regional periférica como o Brasil, deve-se levar em consideração as disparidades sociais, que prevalecem, além do acréscimo das margens de autonomia e de soberania não deve estar centrado apenas no incremento do poder militar, desse modo, o Poder Militar torna-se fundamental para o Estado, que juntamente com as Forças Armadas poderão auxiliar junto à política externa em seu esforço de aumento da capacidade de barganha e da autonomia do País (ALSINA JÚNIOR, 2009).

No Brasil, o preparo e o emprego do Poder Militar é realizado de acordo com a Estrutura Militar de Defesa, definida pelo Decreto no 7.276 de 25 de agosto de 2010, em que a Estrutura Militar de Defesa tem a seguinte composição: (i) Presidente da República;(ii) Ministro de Estado da Defesa; (iii) Conselho Militar

de Defesa; (iv) Comandantes das Forças Armadas; (v). Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; e (vi) Comandantes dos Comandos Operacionais. O Presidente da República será responsável pelo o emprego dos meios militares e pela condução estratégica das Forças Armadas, assessorado pelo Ministro de Estado da Defesa e pelo Conselho Militar de Defesa, conforme previsto no artigo 2º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

Em Roraima, o Poder Militar surge a partir do século XVIII, notadamente por meio do Forte São Joaquim do rio Branco, com fundação em 1775 e sua desativação em 1900 (BRASIL, 2019b). No decorrer do tempo histórico, foram instaladas diversas unidades militares, tendo-se registro em 1927 com a chegada do Contingente Especial de Fronteira, oriundo do 27º Batalhão de Caçadores (hoje 1º BIS – Batalhão de Infantaria de Selva sediado na cidade de Manaus-AM).

Com a criação do Território Federal do Rio Branco (atual estado de Roraima) em 1943, houve a necessidade de maior presença estatal por meio de força militar na fronteira do extremo do Brasil. Assim, em 1943 criou-se o primeiro Pelotão de Fronteira (sua oficialização somente em 1962 por meio Decreto nº 50.480, de abril de 1961), sendo este considerado os "baluartes mantenedores de nossa integridade territorial, teve o mérito de ser o marco do início da colonização do estado de Roraima, bem como a presença do Exército nesta região" (BRASIL, 2019b).

A partir da década 1960 e início da década seguinte, o Exército Brasileiro lançou as bases para reformulação da Doutrina Militar[1] brasileira, com a criação de metodologia de planejamentos, e criadas as Divisões de Exércitos, constituídas por números

[1] Conjunto de valores, de princípios gerais, de conceitos básicos, de normas, de métodos e de processos, que tem por finalidade orientar a organização, o preparo e o emprego do Exército. (BRASIL, 2019c).

variável de brigadas em substituições às antigas Divisões de Infantarias (LUEDY; MELLO, 2016).

Neste contexto, o Poder Militar na região amazônica foi ampliado por meio de políticas públicas diversas, principalmente por meio do Projeto Calha Norte, e a *posteriori,* com a reorganização e reestruturação do Exército Brasileiro, culminado com a criação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf Sl), passando a funcionar a partir de 1º de janeiro de 1992, com a transferência do Comando da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada de Petrópolis para Boa Vista (RR).

Segundo Brasil (1984), Brigadas de Infantaria são Grandes Unidades de formação básica de combinação de armas, integradas por unidades de combate, apoio ao combate e de apoio administrativo, com capacidade de atuar de maneira independente e por tempo significativo, sendo a menor unidade sob comando de um Oficial General (normalmente um General-de-Brigada).

As brigadas abrangem unidade e subunidades das várias Armas, Quadro e Serviços e, no caso específico da presente pesquisa, composta pelas Armas-Base: Infantaria e Cavalaria; Armas de Apoio: Artilharia, Comunicações e Engenharia; seus quadros de Material Bélico, Engenheiros Militares e Complementar de Oficiais e dos serviços de Intendência e de Saúde (BRASIL, 2019d).

No que concerne o modulo dois, sob o prisma dos estudos geográficos, a espacialização dos fenômenos pode ser analisada por meio dos conceitos de Espaço, o qual é compreendido como uma totalidade material ou simbólica, concebendo o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações (SANTOS, 2002), caracterizando-se como um conjunto de objetos dispostos na superfície, sendo eles naturais ou construídos artificialmente pelo

homem e deve ser visto como uma instância social, e nem ser construído ou produzido.

A concepção de Espaço na geografia torna-se difusa pelas diferentes correntes de pensamento geográfico. Na obra do professor Milton Santos "Por uma geografia nova" (1978), o conceito de espaço surge como centralidade, sendo compreendido como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente, e por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e manifestam-se através de processos e funções, ou seja, "o espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares". (SANTOS, 1978, p.122), assim, devendo sua análise ser de acordo com suas categorias:

> Milton Santos elege as categorias forma, função, estrutura, processo e totalidade como as principais que devem ser consideradas na análise geográfica do espaço; este constitui a categoria principal e auxilia na compreensão do território. O espaço, dessa maneira, é construído processualmente e contém uma estrutura organizada por formas e funções que podem mudar historicamente em consonância com cada sociedade (SAQUET; SILVA, 2007, p. 10).

Na concepção de Machado (1997), o Espaço é palavra-chave para a Geografia, de etimologia latina "*spatium*" que inclui a ideia de "passo", também se aproxima do significado do termo grego "*core*" que indica uma ideia de vida, de lugar, no sentido de existir o lugar como página em branco, colocando a ação humana em trabalho geográfico, e este espaço, enquanto base de materialização de atividade antrópica nas diferentes escalas da

superfície terrestre, "é o ser, a existência da Geografia , portanto, independente das suas inúmeras espacializações, fragmentações é, antes de mais nada, o espaço" (MACHADO, 1997, p. 14).

Após a década de 1950, dois conceitos foram bastante expressivos para a Geografia, o espaço absoluto e o espaço relativo, os quais se originaram nas ciências físicas e na filosofia da ciência. O primeiro se concretizou com estudos newtonianos a partir do século XVII, embora já houvesse sido esboçado parcial e anteriormente pelos gregos, é o espaço independente possível de definir por meio de um sistema de coordenadas cartesianas. Enquanto o espaço relativo é aquele que depende diretamente da matéria, dos objetos, fortemente vinculado ao tempo, sendo defendido por Einstein (MACHADO, 1997).

Conforme o acima exposto, no presente estudo se pretende buscar o entendimento do espaço como sinônimo de espaço geográfico constituído dentro de um processo histórico, conforme anotado por Santos (2002), uma vez que possibilita a compreensão do papel das formas geográficas materiais e o papel das formas sociais jurídicas e políticas e, desta forma, tentar compreender esse espaço como um arranjo decorrente de sua história e de seu processo de relações sociais, econômicas, ambientais e políticas, ao mesmo tempo em que se busca compreender as forças exógenas e endógenas que se materializam na estruturação e na produção espacial.

A regionalização compõe um processo atuante na realidade, que se constitui pela fragmentação e/ou a integração de determinadas áreas. Nesse sentido, a pesquisa abordou diversos recortes regionais como forma de análise teórico-conceitual sobre as temáticas da Amazônia e suas sub-regiões: Pan-Amazônia, Amazônia Caribenha; Amazônia Legal com seus planos divisivos: Norte-Sul (Setentrional-Meridional) e Leste-Oeste (Oriental-Ocidental).

O espaço amazônico por si só é complexo, a depender da escala de análise, a fragmentação cria possibilidades de melhor compreensão de suas especificidades e particularidades. Nesse sentido, a regionalização torna-se preponderante na pesquisa, que implicará na análise de vários fatores, de diferentes critérios e de métodos de abordagens, sendo assim, adotamos como tipificação de regionalização a classificada por Pereira (2000) como:

1. *Regionalização como diferenciação de áreas*: onde a paisagem geográfica é o método de regionalização e a região é uma determinada paisagem geográfica, segue princípios que definem a região natural e a região cultural;
2. *Regionalização como classificação*: é explicada na medida em que o "espaço terá tantas regiões – ou regionalizações – quantas forem as classificações adotadas para analisá-lo" (PEREIRA, 2000, p. 68). Estas formas de regionalização originam várias e distintas regiões, sendo que o pesquisador é o responsável pela sua criação na medida em que setoriza e desagrega áreas do território de acordo com seus critérios pré-definidos;
3. *Regionalização como instrumento de ação*: está diretamente vinculada com as teorias econômicas de desenvolvimento regional e de localização, "sendo o conceito de região aplicado a qualquer parte do território a partir de propósitos quaisquer" PEREIRA, 2000, p. 68). É a forma de regionalização amplamente utilizada para a dissociação político-administrativa, em que a mesma é compreendida como sinônimo de espaço econômico, sendo homogênea ou funcional;
4. *Regionalização como Processo*: "parte da ideia de que as diferenciações regionais são frutos de processos sociais e econômicos" (PEREIRA, 2000, p. 69), e que se modificam com o tempo.

De tal modo, a regionalização caracteriza-se por áreas compactas diferenciais como parte de um sistema orgânico de produção social constituindo uma forma espacial própria, sendo assim, nesta problemática considera-se novas formas de manifestação de uma pluralidade territorial ligada à regionalização e, com isto, novas escalas que manifestam dessa diversidade (HAESBAERT, 1999). Logo, a regionalização é como processo de classificação ou divisão do espaço geográfico em região e, por conseguinte, regionalizá-la em porções distintas de um todo.

Portanto, para que se possa fazer leitura com maior propriedade sobre os *lóc*us do objeto de estudo da presente pesquisa, será de fundamental importância fazer leitura a partir das sub-regiões da região amazônica, partindo das perspectivas de suas regionalizações de: Pan-Amazônia, Amazônia Caribenha, e Amazônia Legal.

Na visão de Mattos (1980), diferentemente do que acontece, a Amazônia e Pan-Amazônia deveriam simbolizar a mesma imagem geográfica, pois esta imensa região natural, portadora de uma diversidade colossal e uniforme, abrangendo o território de oito países tributários (e um Território Ultramarino), é formada por seus condôminos sob uma visão particularizada, e tratada com visão estratégica de conteúdo geopolítico que passou a ser implantada, fortalecendo a soberania de países amazônicos sobre a Região.

A utilização de terminologias para caracterização da Pan-Amazônia se faz à medida que questões geopolíticas voltadas para a Amazônia passam a incidir sobre sua totalidade, portanto, a Amazônia Continental e, por conseguinte, nominada por Pan-Amazônia (RIBEIRO, 2005), além de ser *lócus* de discussões sobre geopolítica, é composta pelos seguintes países sul-americanos: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Republica da

Guyana, Suriname, e o Território Ultramarino da França - Guiana Francesa.

Quanto à concepção de Amazônia Caribenha, nos apoiaremos em Oliveira (2011, p.1) ao denominar como Amazônia Caribenha, considerado todo aquele território das Ilhas das Guyanas "que compreendem o litoral Atlântico Norte entre o delta do rio Orinoco (Venezuela) e do rio Amazonas, pela margem esquerda do rio Amazonas e do rio Negro, pelo Canal de Cassiquiare (Brasil/Venezuela) e a margem direita do rio Orinoco".

Para Oliveira (2011), a Amazônia Caribenha é também nominada de "Costa Selvagem", a qual foi descrita pelos primeiros cronistas e/ou exploradores europeus com base nas observações disponíveis na cartografia holandesa do século XVIII, consistida numa região de complexa cartografia fluvial devido as grandes dificuldades de navegabilidades quando em viagens pelo litoral Atlântico Norte. Assim, constituído de um território situado a Nordeste da América do Sul, composto por cinco países: Brasil, Venezuela, Guyana, Suriname e Território Ultramarino da - Guiana Francesa, região esta que teve sua historiografia marcada por conflitos e disputas étnicos a partir da chegada dos primeiros exploradores europeus em busca do sonho da cidade do "*El Dorado*" e de pedras preciosas.

A justificativa para tal recorte é devido à procura por fomentar as peculiaridades existentes no campo de estudos amazônicos, uma vez que ao analisarmos a história recente da formação territorial sul-americana, esta tem origens portuguesa e espanhola, cujas características culturais e linguísticas habitam distintas regiões:

> Desde a cordilheira dos Andes, passando pelo planalto das Guianas, integrando largas planícies e

> litorais, tendo os rios *Orinoco*, Amazonas, *Essequibo, Corentyne*, São Francisco, Araguaia, Paraná, Prata, como alguns dos importantes marcos fluviais da terra sulamericana" (OLIVEIRA, 2011, p. 02).

Portanto, para a construção conceitual de uma Amazônia Caribenha, Oliveira (2011) sustenta-se pela historiografia das observações e estudos de viajantes, além de outras fontes (cartas e mapas) da região, que corroboram para interpretação dessa nova ordem sociocultural amazônica-caribenha dos dias atuais, uma vez que "verificamos nesses estudos que os índios, em especial do grupo *Karíb* e *Arawak*, conheciam e percorriam toda essa região de planície e de florestas entre as bacias dos rios Orinoco, Essequibo, Amazonas e as ilhas do mar Caribe" (OLIVEIRA, 2011, p. 10).

No que se refere à Amazônia Legal, deriva da criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), por meio da Lei nº 1.806, de 06 de janeiro de 1953, em que a Amazônia Brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal, fruto de um conceito político e não de um imperativo geográfico, a fim de atender às demandas do governo central voltadas para o planejamento e promoção do desenvolvimento regional, com abrangência nos estados do Pará e do Amazonas, pelos Territórios Federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco e ainda a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º; a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º; e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44º.

Com a extinção da SPVEA e, concomitantemente, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1966, seus limites foram ampliados com a inserção do estado do Mato Grosso (Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977), passando a abranger as Unidades da Federação

do: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão, a oeste do meridiano de 44º.

A Amazônia Legal se encontra no cerne de debates geopolíticos, notadamente, sobre aqueles com envolvimento de questões ambientais, territoriais entre comunidades tradicionais e grilagem de terras, sendo foco de atenção especial por parte das Forças Armadas devido à escassa presença do Estado nos mais de 11.000 km de fronteiras porosas e vulneráveis a crimes transfronteiriços diversos.

Desse modo, a Amazônia Legal representa um dos focos de maiores interesses da agenda da Defesa Nacional, uma vez que maior parcela de extensão da Pan-Amazônia pertence ao Brasil - cerca de 70 %, aonde o Brasil afirma sua incondicional soberania sobre esta região uma vez que esta possui "mais de 4 milhões de km^2, abriga reservas minerais de toda ordem e a maior biodiversidade do planeta. A cooperação do Brasil com os demais países que possuem território na Pan-Amazônia é essencial para a preservação dessas riquezas naturais" (BRASIL, 2012, p. 15).

Segundo Luedy e Mello (2016), a Amazônia Legal possui duas subdivisões: Norte-Sul (Setentrional-Meridional), que tem no rio Amazonas sua linha de transição, e por outro lado, Leste-Oeste (Oriental-Ocidental), que tem na divisa com os estados do Pará-Amazonas sua linha de transição. Com a finalidade de proteger as fronteiras da Amazônia Setentrional, desde o Caburaí (RR) até Tabatinga (AM), uma área rica em recursos minerais e entrecortada por reservas indígenas, em 1985 o governo federal lançou o Projeto Calha Norte (PCN), primeiramente ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas.

A Amazônia Setentrional está ligada intrinsecamente às práticas geopolíticas, notadamente na estruturação territorial do

Brasil desde o período Brasil Colônia durante a ocupação da Amazônia, tendo início por meio da estratégia da exploração econômica, em seguida se dando pelo processo decorrente das Missões religiosas e das fortificações instaladas em pontos estratégicos, em que o primeiro teve como intuito a colonização nas margens dos rios e pregar os conceitos ocidentais, e o segundo, com a missão de barrar tentativa de incursões inimigas em solo lusitano (RESENDE, 2006).

A tipificação de Amazônia Setentrional deriva de um imperativo geográfico na definição de uma sub-região localizada a partir da margem esquerda do rio Amazonas, limitando-se ao sul com este e ao norte com os países vizinhos. Abrange os territórios do Amazonas, de Roraima, do Pará e do Amapá, sendo limítrofe com Colômbia, Venezuela, República da Guyana, Suriname e Guiana Francesa.

A Amazônia Setentrional, notadamente as regiões fronteiriças, demandam maior atenção por parte do governo central pelo fato de apresentarem algumas dificuldades de se manter a segurança e a defesa, além da baixa densidade demográfica local e forte dependência econômica dos centros comerciais, políticos e financeiros do governo central do Brasil.

Diante do que foi exposta até então, a encadeação racional conceitual torna-se base fundamental para a composição da presente pesquisa, pois permitirá compreender os processos geopolíticos e geohistóricos-militares, bem como entender quais transformações no espaço amazônico, concomitantemente no estado de Roraima junto ao campo do Poder.

CAPÍTULO 1

Geopolítica e Geohistória Militar na Amazônia

GEOPOLÍTICA E GEOHISTÓRIA MILITAR NA AMAZÔNIA

A geopolítica da Amazônia transcorreu a partir da presença e ocupação europeia sob a ótica de acontecimentos geopolíticos que transformaram sua configuração ao longo de séculos por meio de expedições e/ou exploração de europeus na região. Dessa forma, fez-se necessário realizar uma síntese ampliada dos eventos histórico-militares que, segundo Oliveira (2003), é nesse processo histórico que se devem considerar os múltiplos conflitos socioculturais nas distintas transformações do sistema político, os quais possuíam intenção de expansão territorial da cultura ocidental oriunda das monarquias ibéricas e das elites burguesas da Europa, que travavam disputas pela partilha do poder central e o direito do comércio no Atlântico Norte.

Esse conjunto de intepretações decorreu de acontecimentos geopolíticos em que as formas sociais são consideradas produtos históricos reconhecidos pela Geografia como resultado da ação humana sobre a superfície terrestre. Dessa maneira, estudar e interpretar acontecimentos passados sob a ótica desta disciplina não se deve limitar somente em realizar o resgate das antigas formas morfológicas, embora tenha sua devida importância na recuperação da produção material das sociedades do passado (ABREU, 1996).

Sendo assim, propomo-nos a realizar uma ampla análise na qual se coloca a Geografia como Ciência que responde outros questionamentos de necessidade, de descrição e de explicação do mundo enquanto sociedade organizada. Santos (2002) ressalta que será necessário estudar conjuntamente com o tempo e espaço como parâmetros compatíveis, uma vez que o espaço é considerado concreto demandando que o tempo também assim o seja, pois, os

eventos mudam as coisas e transformam os objetos, dando-lhes novas características.

Ulteriormente, segundo Oliveira (2003), é nesse processo histórico que se deve considerar os múltiplos conflitos socioculturais nas distintas transformações do sistema político, os quais possuíam intenção de expansão territorial da cultura ocidental oriunda das monarquias ibéricas e das elites burguesas da Europa, que travavam disputas pela partilha do poder central e o direito do comércio no Atlântico Norte.

Os processos geopolíticos dos séculos XV e XVI foram caracterizados por grandes conquistas e explorações de antigas e novas rotas marítimas comerciais por países europeus, que culminaram em profundas transformações geopolíticas e socioeconômicas, com expansão marítima e exploração econômica "de antigos e novos mercados no Oriente e Ocidente, provocaram a expedição de bulas[2] pelos Papas e a celebração de tratados entre Portugal e Espanha, com a finalidade de regular esse novo cenário intra e extraeuropeu" (PONTIN, 2012, p. 2).

Nascimento (2008) anota que foi no contexto da virada dos séculos XV-XVI na Europa Ocidental que se vivia o esplendor da renascença, assim sendo de suma importância que se dê relevância para a geopolítica da Amazônia nesse momento histórico, considerando que, de certo modo, a literatura negligencia tais fenômenos acima mencionados. Para tanto, deve-se fazer análises nas diversas escalas espaços-temporais, em que, conforme discorre Prado Júnior (2007, p. 20), "todos estes acontecimentos são

[2] A Bula Papal é um documento expedido pela Chancelaria Apostólica que recebe o selo e assinatura do Papa, atestando sua autenticidade. Possuí diversos fins, variando conforme o seu conteúdo, cuja finalidade pode estar relacionada a questões judiciais, políticas, administrativas, assuntos de fé, questões gerais, designações de bispos, como é nosso caso e assim sucessivamente (DIOCESSE DE SANTO ANRÉ, 2019).

correlatos, e a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso". Desse modo, entende-se que as mudanças em dada porção do espaço repercutirão em outras porções do todo, modificando ele próprio.

A busca pela expansão marítimo-comercial na Europa fez parte do processo geohistórico no qual as burguesias europeias buscavam ampliar seus lucros por meio da criação de novas e vantajosas rotas comerciais, em que o sistema econômico dominante baseava-se no acúmulo de divisas e de metais preciosos adquiridos pelo Estado e tinha como base o comércio exterior de caráter protecionista, o que causou disputas comerciais marítimas entre forças imperiais entre duas monarquias antagônicas, derivando numa divisão entre o oceano e as terras descobertas no Novo Mundo (OLIVEIRA, 2003).

A revelação da "descoberta" da Amazônia pelo genovês *Cristóvão Colombo*, durante sua terceira viagem no Atlântico Norte em 1498, deu notícias do litoral amazônico e dos povos indígenas do tronco linguístico *Karíb* e *Arawak*, deparando-se com a ilha de Trinidad (nas proximidades da atual Venezuela) de que encontrara terra firme do atual continente americano (REZENDE, 2006; OLIVEIRA, 2006). De acordo com Oliveira (2003), o fenômeno da europeização no mundo amazônico ocorreu após a descoberta da rota fluvial interligada ao rio Amazonas que tinha como acesso o Oceano Pacífico, cuja sistematização da navegação fluvial-marítima entre o Rio Amazonas e o Atlântico se constituiu como elo entre indígenas que habitavam o Novo Mundo e os europeus. Para o referido autor, os rios Orinoco e Essequibo ganharam destaque no século XVI, enquanto que o rio Amazonas tinha pouca ou nenhuma representação na cartografia europeia.

De acordo com Miranda (2005), a "descoberta" de *Cristóvão Colombo* é, na verdade, uma terra compartilhada por

diversas etnias indígenas que lá já habitavam as Américas. Para Munhoz (2019), tais eventos de "descoberta" na América aumentaram a disputa geopolítica entre os países ibéricos, considerando que a Espanha ganhava notoriedade junto à exploração colonial de novas áreas, causando desconforto e conflitos com Portugal. Estes desconfortos entre os países ibéricos levou a Espanha a solicitar ao Papa Alexandre VI uma arbitragem referente à questão e solução para o impasse.

Com o propósito de dá posse aos territórios recém-descobertos, o Papa Alexandre VI evocou, em 4 de maio de 1493, o Tratado de Alcáçovas, a Bula "Inter Coetera" (mapa 1), que estabelecia um acordo com o Rei espanhol atribuindo o domínio exclusivo de todas as ilhas e terras firmes a partir de um meridiano que ultrapassasse 100 léguas a Oeste de qualquer Ilha dos Açores e Cabo Verde. No entanto, tal medida desagradou o monarca português D. João II, que recusou o acordo causando tensões entre os dois reinos (NASCIMENTO, 2008).

De acordo com Silva (2015), as tensões geopolíticas já estavam avançadas, assim, foi realizada outra tentativa de solucionar tal impasse. Então, no dia 7 de julho de 1494 foi assinado o Tratado de Tordesilhas, que mostrou modificações significativas que trariam efeitos sobre a formação territorial do Brasil, passando a fixação do meridiano a 370 léguas a Oeste de Cabo Verde, em que as terras a Leste do meridiano pertenceriam a Portugal e a Oeste do meridiano pertenceriam a Espanha. Nesse evento sobre as fronteiras no Novo Mundo, o Tratado em questão foi considerado um marco histórico nesse processo de partilha política e econômica, com a divisão do mundo em dois hemisférios.

Mapa 1 - Tratado de Tordesilhas



Fonte: Cintra (2012).

O Tratado de Tordesilhas, além de ser um marco histórico com conteúdos jurídicos e sociopolíticos para interpretar a partilha político-econômica, foi considerado como o primeiro ato geopolítico relevante da diplomacia moderna, em que aconteceram negociações entre Estados não prevalecendo somente a decisão exclusiva dos Papas como ocorria durante a Idade Média, como também representava o primeiro documento que reconhecia a posse de parte do atual território do Brasil aos portugueses (CAPISTRANO DE ABREU, 2000). Esse tratado, segundo

Oliveira (2011, p. 06), ganhou destaque como o primeiro documento na literatura histórica que celebrou o acordo jurídico e geopolítico entre os reinos ibéricos:

> O Tratado de Tordesilhas, como primeiro documento na literatura histórica, que celebrou o acordo entre os reinos Ibéricos (Espanha e Portugal) na posse da terra e delimitação das fronteiras no Novo Mundo, fortaleceu propósitos de expansão marítima e colonização ibérica. Ao longo do século XVI foi oferecido aos reinos Ibéricos enormes possibilidades internacionais de expansão.

Após a celebração do Tratado de Tordesilhas, diversos foram os fenômenos geopolíticos que corroboraram para a expansão e colonização da então Amazônia portuguesa por meio de política expansionista, com a utilização de mão-de-obra indígena escravizada e de colonos desbravadores como os bandeirantes, estes últimos considerados como ícones autênticos dos exploradores portugueses, notadamente "a partir do Estado do Maranhão e do Grão Pará que se irradiaram as incursões bandeirantes sobre o território amazônico que visam à conquista deste território para a coroa portuguesa" (NASCIMENTO, 2008, p. 31).

Estes temas da historiografia amazônica são considerados complexos em que Oliveira (2003) aponta, por exemplo, a inexistência de referências com maiores informações na literatura brasileira sobre os fenômenos geopolíticos, sociopolíticos e econômicos internacionais que aconteceram durante o século XVI e XVII.

Notadamente, a literatura brasileira aborda o período da União Ibérica (1580-1640) com enfoques que não esclarecem o embate teórico ou de paradigmas na historiografia brasileira

referentes aos processos colonizadores e as pendências fronteiriças entre portugueses e nações europeias, entre elas: Espanha, França, Holanda e Inglaterra. Em geral, são relatos que enaltecem ou valorizam os comportamentos de homens corajosos do Brasil colonial, que desbravaram caminhos no interior amazônico. Foram esses homens que, em nome do reino português, deram possibilidades para novas formas de exploração do povo indígena, além da busca por pedras preciosas e ouro, com ampliação do espaço físico português na Amazônia.

Neste contexto, para Mattos (1980), o espanhol *Orellana* foi considerado o primeiro europeu a reconhecer todo o emaranhado território do rio Amazonas, desde a nascente até sua foz no Atlântico, em 1542. Mais tarde, diferentes grupos de europeus realizaram outras tentativas geopolíticas de ocupação e exploração na região. Contudo, foram os portugueses que tiveram sucesso nesse processo colonizador amazônico. Enquanto os espanhóis, holandeses e ingleses buscavam maiores informações geopolíticas e comerciais na Amazônia, o grande feito de subir o famoso rio descoberto por *Orellana* foi realizado pela expedição portuguesa de *Pedro Teixeira*, em 1637, ou seja, quase um século depois da expedição de *Orellana*:

> Nesse ano de 1637 o Capitão *Pedro Teixeira* partiu de Gurupá com uma frota de quarenta e sete canoas, seiscentos soldados e mil e duzentos índios, alcançou foz do Madeira (que assim denominou pela quantidade de troncos que encontrou nesse rio), alcançou o Napo em 1668 e continuou em direção a Quito. Esta foi a primeira grande Bandeira fluvial da história do Continente. Percorreu o itinerário de *Orellana* em sentido inverso (MATTOS, 1980, p. 22).

Os eventos geopolíticos de europeus na Amazônia desencadearam um processo de militarização por meio da construção dos fortes, que consolidaram a ocupação e a defesa territorial pelas nações da Europa. Nessa perspectiva, Oliveira (2003; 2011) comenta este processo citando a construção do forte espanhol próximo ao delta do rio Orinoco e o diálogo dos espanhóis com os povos *Karíb* e *Arawak*.

No mesmo processo geopolítico de ocupação militar, os holandeses se instalaram no interior do rio Essequibo, com a construção do Forte *Kijkoveral*, 1616, (figura 3), contando também com a cooperação dos povos *Karíb* e *Arawak*. Os franceses tomaram dos holandeses parte do litoral, instalando-se em Caiena por volta de 1604. Os portugueses, durante a União Ibérica, ocuparam o delta direito do rio Amazonas, com a construção do Forte do Presépio, em 1616 (hoje, capital Belém-PA).

Figura 3 - Portal do Forte Kijkoveral



Fonte: Oliveira (2011, p. 35).

Ainda de acordo com Oliveira (2006; 2011), o Forte *Kijkoveral* consolidou não apenas a militarização holandesa na região como também expandiu as redes comerciais na Amazônia, chegando até o alto Solimões, com os povos *Omagua*. Nessa expansão geopolítica-militar e colonial, o representante governamental holandês *Nicholas Horstman* instalou-se no rio Rupununi (1738) e alargou o poder geopolítico-político militar dos holandeses na região do rio Branco. Ainda segundo o autor, o diálogo e as relações socioculturais entre os holandeses com os povos *Karíb* e *Arawak* foram valiosos para a permanência holandesa no interior amazônico, entre os rios *Rupununi* e Branco.

Durante o período da União Ibérica, no século XVII, também foram evidentes outros conflitos geopolíticos, políticos e militares entre os franceses e portugueses no litoral amazônico. Faleiros (2013) afirma que, em 1612, houve uma segunda tentativa de invasão francesa no Brasil português para fundação da denominada França Equinocial.

O referido conflito armado ocorreu no atual estado do Maranhão, onde os franceses fundaram a cidade de São Luís, que de igual forma à primeira tentativa tinha intuito de garantir produtos dos indígenas para serem enviados para a Europa como também a conquista e ocupação territorial no Novo Mundo. No entanto, a apropriação territorial da França em São Luís foi até o ano de 1615, quando foram expulsos pelos portugueses com apoio dos indígenas. Ainda nesse contexto, mais tarde estabeleceriam colônias na designada, à época, de Costa Selvagem, atual Guiana Francesa, assim empreendendo suas relações comerciais com indígenas do delta amazônico até meados do século XVIII.

Conforme anota Rezende (2006, p. 50):

> Em 1612, porém, os franceses fariam nova e mais perigosa investida no Brasil. Aliados dos tupinambás e liderados por Daniel de La Touch, conhecido por senhor de La Ravardière, tentaram fixar uma colônia na ilha do Maranhão, instalando a França Equinocial, com a fundação de Sant Loius, nome que homenageava o Rei francês Luís XVII.

Devido à investida dos franceses no Maranhão, ao tomar conhecimento dos fatos, o Rei Felipe III, da Espanha, ordenou um novo governador no Brasil em 1613, Gaspar de Souza, com residência fixa em Recife para melhor acompanhar e comandar a expulsão do inimigo invasor, assim cumprindo as ordens régias, tendo ao seu lado como primeiro comandante Jeronimo de Albuquerque (1613) cujo efetivo também era composto por tropas formadas por portugueses, brasileiros e indígenas que haviam combatido em Pernambuco (GADELHA, 2002).

Após intensos combates entre franceses e lusitanos, os conflitos chegaram ao fim em 3 de novembro de 1615, com a rendição de *La Ravardière*, sendo entregue o forte da ilha de São Luís ao comandante português Alexandre de Moura, que passou a governar a nova colônia com sede em São Luís, cidade fundada pelos franceses. Tal acontecimento se tornaria um verdadeiro marco da conquista do litoral lusitano, "no sentido Leste-Oeste, dando início a conquista e ocupação da hinterlândia amazônica" (REZENDE, 2006, p. 05).

Conforme os estudos de Carneiro (2006), Carvalho (2018) e Oliveira (2011; 2014), os diferentes conflitos armados envolvendo índios e europeus na Amazônia e as guerras na Europa, durante os séculos XVI e XVII, provocaram outros recortes geopolíticos na Amazônia. Entre os eventos europeus, destacaram-se a Guerra dos 80 anos (1568-1648), que foi uma batalha de independência dos holandeses contra o reino espanhol; a Guerra dos 30 anos (1618-

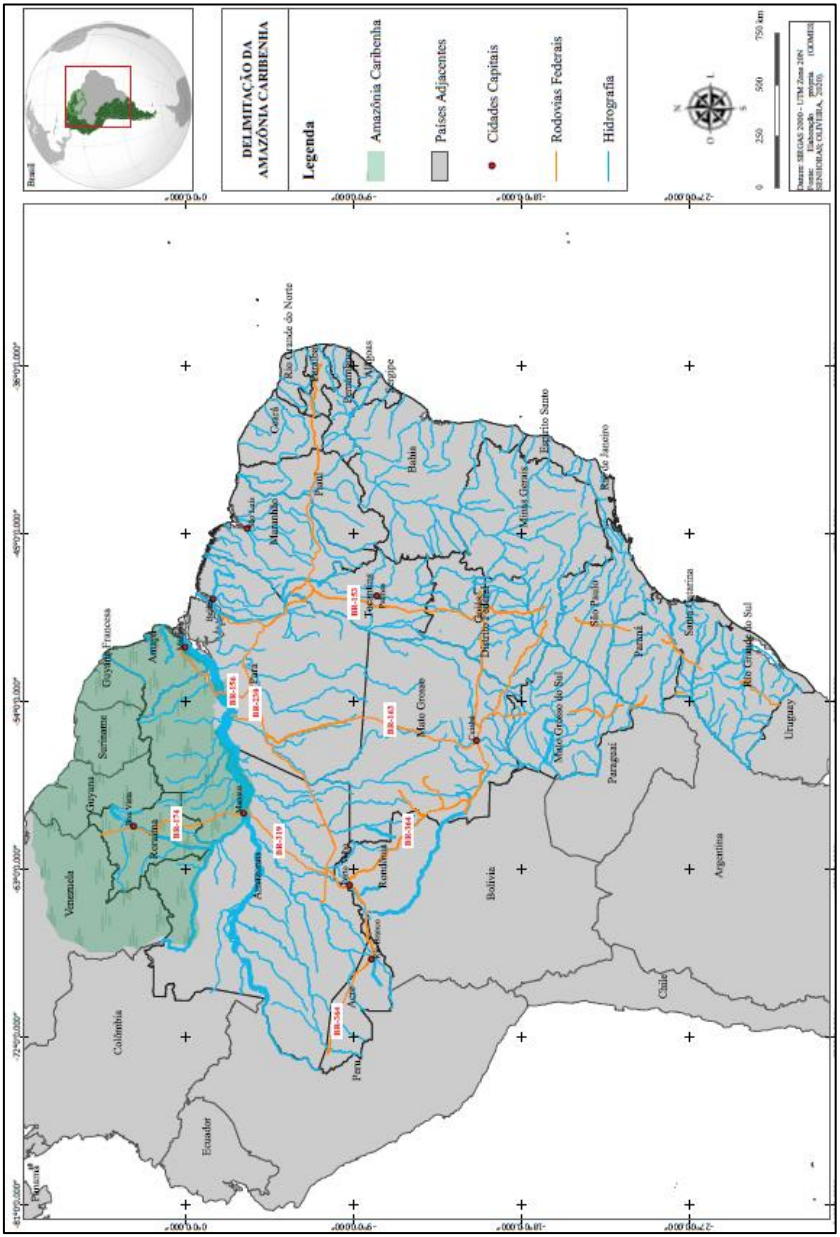
1648), que envolveu diferentes nações protestantes e católicas, com consequências diretas para o Novo Mundo, ampliando as disputas geopolíticas das rotas comerciais no Atlântico e territórios na Amazônia; e a Guerra da Restauração (1640-1668), que deu início ao processo de independência do reino de Portugal e o fim da União Ibérica.

Nesse contexto de rivalidades amazônicas, conforme as análises pioneiras de Oliveira (2011; 2014) e Fernandes (2009), foram eventos geopolíticos e históricos que possibilitaram a ocupação de cinco nações europeias no território da "Ilha das Guianas"[3], uma singular região amazônica e caribenha, também identificada pela terminologia de "Ilha da Amazônia Caribenha" (mapa 2).

Para os autores Oliveira (2011; 2014) e Fernandes (2019), o século XVIII trouxe consolidação aos processos geopolíticos de ocupação e militarização dos espanhóis, holandeses, franceses e portugueses na Amazônia, com incorporação dos povos indígenas aos distintos planos de interesses geopolíticos, militares e comerciais implantados por estes grupos europeus. Povos da Europa que conquistaram e ocuparam o território amazônico por meio do processo de colonização, estenderam o cristianismo, a defesa territorial e o comércio desde o litoral ao interior amazônico, onde as fronteiras nacionais eram desconhecidas pelos europeus (OLIVEIRA, 2003).

[3] Guiana é um termo dos povos *Arawak*, que significa terra de muitos rios ou terra de muitas águas, identificando as terras da ilha com limites pelo litoral do Atlântico Norte entre os deltas dos rios *Orinoco* e Amazonas, indo para o interior pela margem esquerda do rio Amazonas e Negro, com o Canal de Cassiquiare e a margem direita do rio Orinoco (OLIVEIRA, 2006, 2011, 2014).

Mapa 2 – Ilha Amazônia Caribenha



A CONSOLIDAÇÃO DA GEOPOLÍTICA PORTUGUESA NA AMAZÔNIA

Em meados do século XVIII, no dia 13 de janeiro de 1750, foi firmado o Tratado de Madrid para tentar pôr fim aos intensos desentendimentos geopolíticos e conflitos armados entre os países ibéricos: Espanha e Portugal. O citado tratado mostrou conteúdos jurídicos, geopolíticos, políticos e militares que reconheceram a legalidade de posse para a nação europeia que de fato exercesse a colonização sobre o território em litígio.

Essas duas nações disputavam terras amazônicas sem considerar os dispositivos de direitos do Tratado de Tordesilhas (1494) e do Tratado de Münster (1648), que foi o tratado responsável pela legitimação da posse da "Ilha da Guiana" para o holandês (OLIVEIRA, 2006, 2011). Após a Guerra da Restauração (1640-1668), espanhóis e portugueses disputaram a ocupação de territórios e a posse dos habitantes da Amazônia. Nesse processo de colonização e conflitos armados, os dois reinos ibéricos expandiram seus territórios amazônicos, com invasões mútuas, dando início a diversas disputas e incorporação dos povos indígenas em apropriações ilegais de jurisdição dos limites até então fixados (NASCIMENTO, 2008).

Nesse conjunto de conflitos geopolíticos amazônicos, os povos indígenas tiveram seu universo sociocultural transformado e sua maioria foi integrada aos Estados ibéricos, holandeses e franceses, como propriedades ou súditos europeus (OLIVEIRA, 2003). De acordo com Oliveira (2003, 2011), com apoio das políticas do reino de Portugal implementadas pelo Marquês de Pombal, o colonizador português da segunda metade do século XVIII deu início ao processo colonizador dos rios Negro e Branco.

Para o autor em questão, o Estado Independente do Grão-Pará e Rio Negro tinha legislação de proteção e direitos indígenas.

No desenrolar dos acontecimentos do final do século XVIII, a geopolítica dos portugueses estava consolidada no Grão-Pará e Rio Negro, sendo assim intensificaram ações no rio Branco para barrar a presença holandesa pelos rios Maú e Tacutu, como também dos espanhóis pelo rio Uraricoera (OLIVEIRA, 2003). No entanto, houve alguns confrontos armados com os povos indígenas para implementação da expansão portuguesa nos rios Negro e Branco.

Um dos conflitos mais conhecido foi a "guerra justa" contra os povos indígenas Manao, que eram chefiados por Ajuricaba. Encontramos nos estudos de Oliveira (2003) algumas reflexões sobre o referido confronto militar português com os índios Manao. O comando da tropa portuguesa era do capitão *Belchior Mendes de Morais* que, em 1723, deu um final no incidente armado ao prender Ajuricaba e conduzi-lo para Belém. Contudo, os poucos registros históricos deram notícias de que, acorrentado na embarcação, ele se rebelou durante a viagem e saltou da canoa, desaparecendo no rio.

Com o final do evento político militar, envolvendo os portugueses e os Manao, o rei de Portugal autorizou, em 1775, a construção do Forte São Joaquim, no rio Branco. Em 1778 (figura 4), após a conclusão do forte, parte do armamento foi transportada do Grão-Pará enquanto outra parte foi tomada dos espanhóis durante os confrontos armados entre estes e os portugueses nos rios Branco e Uraricoera (FARAGE, 1991; OLIVEIRA, 2003).

Segundo Farage (1991) e Oliveira (2003), a introdução do gado e organização dos aldeamentos pelos missionários católicos se constituíram como estratégias colonizadoras portuguesas para assegurar o poder político e militar, gerenciado pelo comandante do

Forte São Joaquim no rio Branco. Nesta proposta geopolítica de expansão militar, o reino português buscava fazer uso dos povos indígenas como "fronteiras vivas" e defensoras junto aos militares do Território do Rio Branco, com sede em Belém, que era a capital do Grão-Pará e Rio Negro (FAREGE, 1991).

Figura 4 - Forte São Joaquim do rio Branco



Fonte: Oliveira (2003, p. 92). Iconografia de Alexandre Rodrigues Ferreira, em sua viagem entre 1783 e 1792. Biblioteca Nacional (RJ).

Com o fim das guerras napoleônicas, no começo do século XIX, foram assinados vários Tratados de Paz durante o Congresso de Viena (1814-1815), na Áustria. Os conteúdos jurídicos e políticos dos tratados asseguravam o reconhecimento territorial dos reinos na Europa, que tinham perdidos suas propriedades para França no decorrer das guerras napoleônicas.

No caso da Amazônia Caribenha, foi solicitado ao reino português devolver a Guiana Francesa que tinha sido tomada da França pelos portugueses, em 1809. No âmbito dos tratados assinados, no decurso do referido Congresso, abriu-se

possibilidades ao rei de Portugal, Brasil e Algarves, D. João VI, retornar para Lisboa e assumir o território português na Europa (OLIVEIRA, 2011, 2014). A volta do reino português para a Europa gerou alguns descontentamentos e conflitos no Brasil que, em 1822 (box 1), tornou-se independente e foi transformado em Brasil Império.

Os eventos geopolíticos e histórico-militares do começo do século XIX, descritos no box abaixo deram outros recortes à geopolítica da Amazônia, com anexação da Amazônia portuguesa ao Brasil Império. Para Oliveira (2011, 2014), o Congresso de Viena transferiu terras na ilha Amazônia Caribenha, que eram dos holandeses, para os britânicos, dividindo o seu território entre cinco nações, denominados de: Guiana Espanhola, Guiana Britânica, Guiana Holandesa, Guiana Francesa e Guiana Portuguesa. Para o autor, com o processo de independência nas Américas no século XIX, apenas três Guianas seguiram suas trajetórias históricas no século XX: Britânica, Holandesa e Francesa.

Com base na historiografia brasileira, revelou-se que, em 1835, durante o governo regencial do Brasil Império, aconteceu uma guerra na Amazônia brasileira denominada de Revolta da Cabanagem. Os militares desse período tiveram dificuldades de conter os rebeldes cabanos, os quais tinham variados líderes e diferentes ideários conservadores e liberais, entre outros interesses dos setores mais pobres da sociedade do Grão-Pará. Ao ser declarado Imperador do Brasil, em 1840, D. Pedro II, com apoio da Inglaterra, conseguiu pôr fim ao sangrento combate.

Após a Revolta da Cabanagem (1835-1840), que envolveu toda população do Grão-Pará e Rio Negro, D. Pedro II denominou a Província Imperial do Pará, com extensão de terras para o atual estado do Amapá; a Província Imperial do Amazonas, com extensão de terras para os Andes e o rio Branco (atual estado de Roraima). Nesse contexto de reorganização geopolítica do Brasil Império, o

imperador deu atenção ao regime militar da época, que passou a defender a soberania e ocupar territórios estratégicos na região amazônica brasileira (OLIVEIRA, 2003).

Box 1 - Origem do Exército Brasileiro

Na sua origem, as Forças Armadas brasileiras estiveram vinculadas à tradição militar portuguesa, permanecendo com estrutura e modelo lusitana. Após a Proclamação da Independência do Brasil, grande quantidade de oficiais portugueses preferiu continuar a servir nas Forças Armadas brasileiras a retornar a Portugal

As Batalhas dos Guararapes ocorridas em 1648 e 1649, são consideradas como marcos simbólicos da gênese do Exército Brasileiro. A primeira Batalha ocorreu em, 19 de abril de 1648, em que os luso-brasileiros controlavam o interior da Capitania de Pernambuco e sitiavam os holandeses em Recife, e a segunda Batalha ocorreu no dia 17 fevereiro de 1649.

Essas batalhas significaram as junções do povo negro e do índio com o branco por um ideal: a defesa do território contra a ameaça externa, sendo este momento considerado como crucial para o surgimento do heroísmo e do valor combativo do homem brasileiro. Nesse contexto, o Exército luso-brasileiro surge como o único elemento de aglutinação e de entrosamento das diversas raças formadoras dos país nesse período.

Ademais, após a Batalha dos Guararapes, outro acontecimento importante para a consolidação do Exército Brasileiro ocorreu durante o processo de independência do Brasil em 1822. Isso porque o processo de separação do Brasil de Portugal encontrou resistência em algumas províncias, como Pará, Maranhão, Bahia e Cisplatina, com isto, houve a necessidade de uma atuação prática do Exército, para evitar a desfragmentação do território nacional nos anos seguintes.

O Exército Imperial (como era chamado costumeiramente) durante o período monárquico possuía dois ramos distintos: (i) os de 1ª Linha, os do Exército de fato, bem como, (ii) os de 2ª Linha, a Guarda Nacional, formada em 1831 pelas antigas milícias paramilitares e ordenança herdada dos tempos coloniais comandadas por líderes regionais, grandes latifundiários e proprietários de escravos conhecidos a partir da Independência pelo título de Coronéis.

A historiografia do Exército Brasileiro aponta que no decorrer do processo da Independência do Brasil, sua composição era basicamente de brasileiros,

mercenários portugueses e estrangeiros, que eram comandados na maioria por mercenários e oficiais portugueses leais ao então príncipe regente Dom Pedro e, depois, ao Imperador Dom Pedro I, e, por conseguinte, entre os anos de 1822 e 1823, o Exército conseguiu sobrepujar a resistência portuguesa, notadamente no Norte do Brasil e na Cisplatina, o que evitou a fragmentação do então recém-criado Império do Brasil após sua Independência.

Após a proclamação da independência brasileira, o Exército, com apoio da Guarda Nacional, combateu tendências separatistas dos primeiros anos, que corroborou para a manutenção da autoridade central do Império durante o período da Regência no país. Acontecimentos desse tipo existiam em grande parte do Brasil, o que culminou com represálias dos movimentos populares a fim de manter a autonomia política e/ou contra a escravidão e o poder dos coronéis.

Desde 1850 o Exército Imperial brasileiro participou ativamente de ações contra forças contrárias aos interesses do Império do Brasil, como foram os casos, que juntamente a Armanda Imperial contra argentinos e uruguaios (1850-1860); em 1865 após Brasil, Uruguai e Argentina firmarem acordo que findou na assinatura da "Tríplice Aliança" para se defenderem contra a agressão das tropas do Paraguai, que haviam invadido o território brasileiro, através da província de Mato Grosso, e o norte da Argentina, e estavam indo para o Sul do Brasil e o Norte do Uruguai. Este conflito conhecido como guerra do Paraguai que duraria cinco anos liderada pelo Brasil Império, derrotado o Exército de Solano López.

Nesse ínterim, o dia 19 de abril é a data oficial de comemoração da criação do Exército Brasileiro, data esta comemorada em cerimônias militares e diversos eventos com grande presença de público civil, que marca a gênese da Força Terrestre, que traduz a própria nacionalidade brasileira, tendo como marco definidor a união das etnias formadoras de nosso povo que permitiu a vitória sobre o invasor estrangeiro na epopeia de Guararapes, em 19 de abril de 1648. No entanto, oficialmente, a história do Exército Brasileiro começa a partir do surgimento do Estado brasileiro, ou seja, com a Independência do Brasil no dia 7 de setembro de 1822.

Ademais, a evolução histórica do Exército Brasileiro se confunde com a própria solidificação da identidade do país, o qual encontra-se presente em todo o território brasileiro, cuja missão é condicionada pelas dimensões continentais do Brasil, caracterizadas pela variedade de ambientes geográficos e por uma faixa de fronteira com países limítrofes que se estende por quase 17 mil quilômetros.

Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2020). Baseada em BRASIL (2019a; 2019g); FREITAS; *et al*. (2012); NASCIMENTO (2013).

No entanto, o final do século XIX revelou novas mudanças na esfera do poder geopolítico e militar na Amazônia, com a derrubada do imperador e a consequente instalação da Presidência da República dos Estados Unidos do Brasil, em 1889. Tal evento histórico-militar transformou as Províncias Imperiais em estados.

Em 1890, ao dar continuidade aos projetos de segurança e geopolítica na Amazônia brasileira, o governo republicano criou na região do rio Branco o município de Boa Vista, pertencente ao estado do Amazonas. Na proposta governamental, foi pensada a atuação do contingente da Guarda Nacional, que daria todo o apoio militar no novo projeto do Brasil República da virada do século XIX para o XX, na Amazônia brasileira (OLIVEIRA, 2003).

PRESENÇA DA MARINHA E DA FORÇA AÉREA NA AMAZÔNIA LEGAL

Para Lourenção (2007), as Forças Armadas do Brasil tiveram grande participação na consolidação do Estado brasileiro que, juntamente com seu corpo diplomático, cooperaram na delimitação do nosso território, desde a colonização à Proclamação da República. Os militares da época seguiam primeiro os desejos do rei e imperador e, posteriormente, as ordens dos Presidentes da República, em se constitui como de fundamental importância a normatização das atividades e o emprego das Forças Armadas para que houvesse uma relação política entre governantes e governados.

A Constituição Federal é a lei fundamental e suprema de um país, em que nela se dispõe sobre a organização do Estado e as garantias e direitos individuais do cidadão, bem como também estabelece a organização jurídica fundamental de um Estado. Nesse sentido, segundo Cavalcanti (2016, p. 38), “as Forças Armadas

possuem suas tarefas descritas em todas as constituições brasileiras (1824-1988)".

A atual Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, define em seu capítulo II, artigo 142, sobre a regulamentação e disposição sobre a missão e a composição das Forças Armadas do Brasil, sendo ela constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, sendo instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, tendo suas destinações à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

MARINHA DO BRASIL (MB)

Na historiografia da Marinha do Brasil, um dos primeiros marcos legais ligados à sua origem remonta ao século XVIII, quando D. João V, rei de Portugal na época, cria a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos (1736). Contudo, somente com a transferência da família real lusitana para o Rio de Janeiro, em 1808, que a Marinha Brasileira dá um salto em sua estrutura (OBINO, 1998).

Segundo Brasil (1995), a presença da Marinha Portuguesa na Amazônia remonta a meados de 1728, com a criação da Divisão Naval do Norte com sede na cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará, considerada como posição estratégica, pois de lá se poderia controlar a entrada de navios pelo rio Amazonas e barrar as incursões de piratas e colonizadores vindos do Atlântico. Após a ativação da Divisão Naval houve a necessidade de apoio, assim sendo criada a Casa das Canoas, em 1729 (hoje local da Feira do

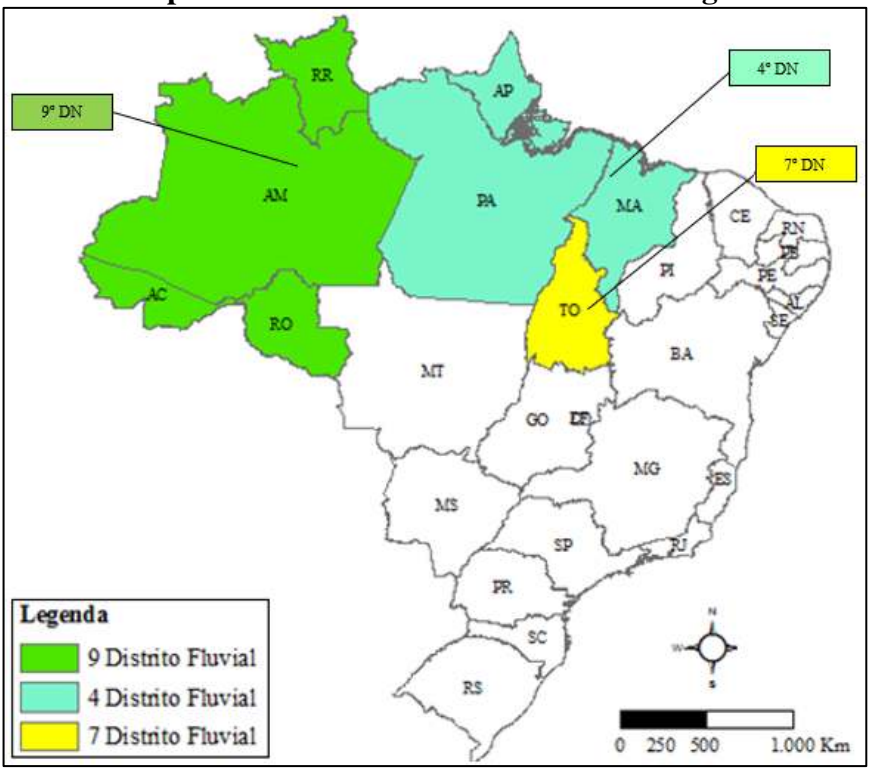
Açaí no mercado do Ver-o-Peso), cujo propósito era construir e consertar canoas de guerra, alojar pessoal e armazenar mantimentos e material.

Ainda segundo Brasil (1995), a Casa das Canoas foi transferida para o Convento de São Boaventura, sede atual do Comando do 4º Distrito Naval, nascendo o Arsenal de Marinha do Pará, o qual foi desativado em 1950 quando a Base Naval de Val-de-Cães iniciou seus trabalhos. Devido à abertura da navegação no rio Amazonas, notadamente para às nações amigas, em 1867, houve a necessidade de resguardar a soberania do império na região. Sendo assim, em substituição à Divisão Naval do Norte, foi instituída, em 1868, a Flotilha do Amazonas, visando à proteção do litoral e das vias interiores.

Silveira (2015) anota que desde o período da colonização e da formação do Estado-Nação brasileira, a Marinha do Brasil vem participando de operações militares e humanitárias, apesar da preponderância do Exército Brasileiro e das diferentes e crescentes atividades da Força Área do Brasil, destacando que a presença e a ocupação militar em tempos pretéritos e recente decorreu da necessidade dos interesses brasileiros e de seus vizinhos no continente, consoante à consolidação do funcionamento do poder militar brasileiro na Amazônia para os objetivos de defesa e do desenvolvimento nacional num contexto de mudanças internas e externas ao país.

Atualmente a Marinha do Brasil está representada na Amazônia Legal pelos: 4º Distrito Naval, com jurisprudência nas Unidades Federativas do Amapá, Pará, Piauí e Maranhão (Piauí não pertencendo a Amazônia Legal); 7º Distrito Naval, com jurisprudência nas Unidades Federativas de Goiás, Distrito Federal e Tocantins (Goiás e Distrito não pertencente à Amazônia Legal); e o 9º Distrito Naval, com jurisprudência nas Unidades Federativas de Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia (mapa 3).

Mapa 3 - Distritos Navais na Amazônia Legal



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019b).

Em Roraima, a Marinha do Brasil se faz presente por meio da Agência Fluvial de Caracaraí (AgCaracaraí), criada em consonância com a Portaria nº 311, de 29 de novembro de 2017, estando localizada no município de Caracaraí (figura 5). Constitui-se na primeira Organização Militar da Marinha do Brasil no estado, subordinada à Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental (CFAOC) em Manaus (AM), tendo como responsabilidade toda área do estado de Roraima, bem como suas águas jurisdicionais diretas, sendo estas o rio Branco e seus afluentes, além da confluência do rio Branco

com o rio Negro, no limite entre os estados de Roraima e Amazonas (BRASIL, 2018a).

Figura 5 – Agencia Fluvial de Caracaraí (RR)



Fonte: Brasil (2018b).

Dentre os motivos que corroboraram para a criação da AgCaracaraí, destaca-se a importância que o município sempre exerceu para a navegação fluvial, uma vez que sempre foi reconhecido como Cidade-Porto do estado, além de apresentar-se com posição estratégica para navegação no rio Branco (principal bacia hidrográfica do estado), que outrora se constituiu como único caminho para o escoamento das riquezas produzidas ou destinadas ao estado de Roraima, garantindo a ligação fluvial com o Oceano Atlântico, por meio dos rios Negro e Amazonas (BRASIL, 2018a).

A presença da Marinha do Brasil na Amazônia se faz continuamente com contribuições que vão além da preservação da soberania nacional, mas também com apoio às populações ribeirinhas, que desde várias gerações tem os navios como maior sinal de presença do Estado, e passa a dispor de dois segmentos distintos para a aplicação do poder naval: um sediado na cidade de Belém-PA, mais voltado para o meio oceânico, e outro, sediado em Manaus-AM, voltado para o ambiente fluvial. "Outra referência foi a chegada dos Navios de Assistência Hospitalar classe Oswaldo Cruz, na década de 80, que concederam à MB meios especializados na relevante atribuição subsidiária de assistência à população ribeirinha" (NOGUEIRA, 2016, p. 50).

FORÇA ÁREA BRASILEIRA (FAB)

A criação da Aeronáutica brasileira deriva de um longo processo que remonta aos anos de 1920, quando da instituição da Arma da Aviação ao lado das Armas do Exército Brasileiro (Artilharia, Cavalaria e Infantaria). A partir da década de 1940 grupos de militares tinham o intuito de criar um Ministério da Aeronáutica e uma Força Área Brasileira juntamente com uma indústria aeronáutica nacional e o domínio da tecnologia necessária para isso (FORJAZ, 2005).

Durante o governo do presidente da República Getúlio Vargas, após a unificação das aviações naval e militar e da infraestrutura aeronáutica existente até então, é criado o Ministério da Aeronáutica por meio de Decreto-Lei nº 2.291, de 20 de janeiro de 1941, transferindo militares, servidores civis, aviões e instalações da Marinha, do Exército Brasileiro e do Ministério da Aviação e Obras Públicas para a Aeronáutica, e denominando-a de Forças Aéreas Nacionais. No mesmo ano, passa a ser designada como

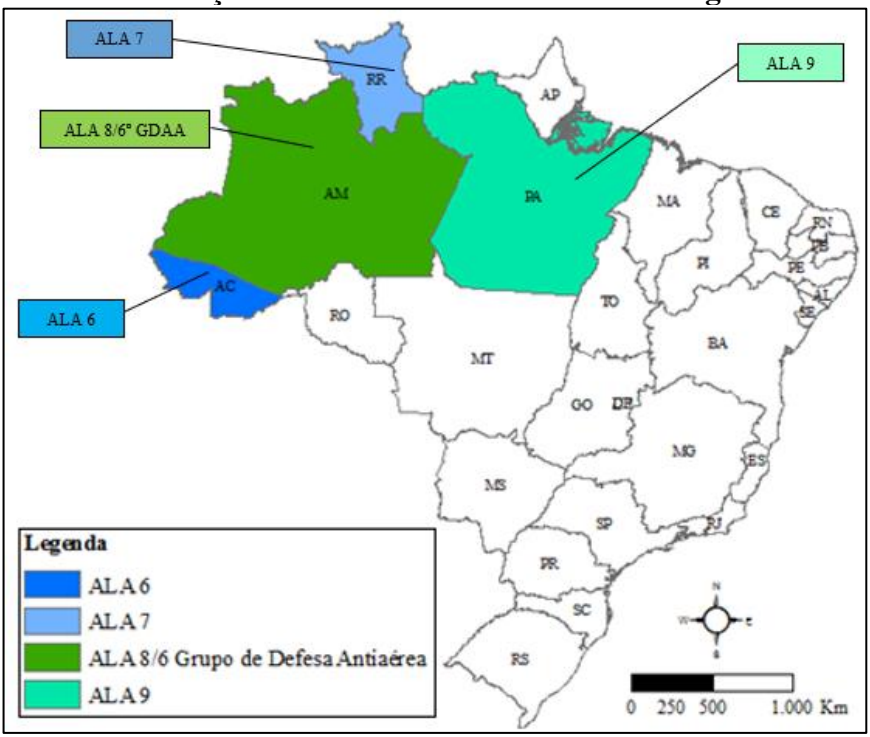
Força Aérea Brasileira por meio do Decreto-Lei nº 3.302, de 22 de maio (BRASIL, 2019e).

Em um cenário onde a Amazônia brasileira possui proporções gigantescas com mais da metade do território nacional e de características diversas do restante do país, em que os conglomerados populacionais geralmente são distantes uns dos outros, em que a natureza preponderante do uso das vias de comunicação fluviais carece de um meio de mobilidade de maior precisão e rapidez, neste sentido, a Força Aérea veio contribuir para a redução do isolamento socioeconômico da região amazônica (BRASIL, 2019e).

A Força Aérea Brasileira se encontra presente na Amazônia Legal com Organizações Militares (mapa 4) com o propósito de fortalecer e marcar presença de forma efetiva em áreas remotas e de fronteira desta região por meio de quatro ALAs e um Grupo de Defesa Antiaérea. Sendo assim, na porção da Amazônia Ocidental, encontram-se as seguintes Organizações Militares: no estado do Acre ALA 6, Roraima ALA 7, e Amazonas ALA 8 e o 6º grupo de Defesa Antiaérea; na porção da Amazônia Oriental, a ALA 9 no estado do Pará.

A presença da Força Aérea Brasileira na Amazônia ocorreu a partir de 1935 por meio do Correio Aéreo Militar (tendo seu prolongamento para Teresina-Fortaleza até Belém no ano seguinte), período em que era reconhecida pelo trinômio FAB/Missionário/Índio, representando a presença estatal na região e da educação para diversas comunidades que viviam isoladas na grande hileia brasileira. A fim de melhor administrar a região, em 1983 houve uma reestruturação da força ocasionando sua segmentação em dois Grandes Comandos Regionais de Áreas: a porção da Amazônia Ocidental sob Comando do VII COMAR, e a porção da Amazônia Oriental sob Comando do I COMAR (BRASIL, 2019e).

Mapa 4 - Estrutura Organizacional da Força Aérea Brasileira na Amazônia Legal



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019).

A partir do ano de 2016, a FAB passou por uma reestruturação com o objetivo de promover o incremento da eficácia administrativa e maior racionalidade da estrutura organizacional com atualizações nas estruturas dos Grandes Comandos. Sendo assim, foi desativada a Base Aérea de Boa Vista, criada em 1983, entrando em operação a ALA 7 (figura 6) a partir de 7 de março de 2017, nas mesmas instalações localizadas na cidade de Boa Vista, na porção mais setentrional do Brasil e com posição estratégica para a defesa da soberania nacional (BRASIL, 2019e).

Figura 6 - Inauguração da ALA 7 em Boa Vista (RR)



Fonte: FAB (2017).

A ampliação de Organizações Militares da FAB acontece com a expansão das rotas do Correio Aéreo Militar (CAM)[4] durante a década de 1930, em que as memórias dos aviadores que estiveram em operação na Amazônia entre as décadas de 1950 e 1980 "relatam que na grande maioria de suas missões estavam prioritariamente voltadas para cumprimentos de missões ligadas ao desenvolvimento da área e ao desejo de integrá-la ao restante do país" (MARQUES, 2007, p. 121).

Desde então, a FAB em muito contribuiu para reduzir o isolamento da região Amazônica Legal e das dispersas comunidades nela agregadas, participando ativamente das ações desenvolvidas

[4] O Correio Aéreo Militar (CAM) era operado pelo Grupo Misto de Aviação do Exército Brasileiro criado em 1931, tendo seu voo inaugural entre as cidades de Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1941, com a criação do Ministério da Aeronáutica, o CAM foi fundido ao Correio Aéreo Naval e rebatizado de Correio Aéreo Nacional (LORCH, 2000).

através das linhas regulares do Correio Aéreo Nacional (CAN), tendo como desafio a integração da Amazônia brasileira às demais regiões do país, levando, assim, cidadania às comunidades mais longínquas de nossas fronteiras.

CAPÍTULO 2

Geopolítica e Geohistória Militar na Amazônia Setentrional e em Roraima

GEOPOLÍTICA E GEOHISTÓRIA MILITAR NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL E EM RORAIMA

A questão geohistórica do Poder Militar na Amazônia Setentrional deriva de acontecimentos pretéritos após a consolidação do Estado brasileiro em 1822, com a independência do Brasil em 7 setembro, ou seja, data oficial da história do Exército Brasileiro. A construção do Forte São Joaquim do rio Branco, no então Vale do rio Branco marcaria em definitivo a presença portuguesa na região com o encerramento de longo círculo de fortificações na Amazônia.

Com sua desativação em 1900, o Forte São Joaquim do rio Branco, iniciaria um novo ciclo do Poder Militar na Amazônia Setentrional marcado por vários acontecimentos geohistóricos e geopolítico agora sob a égide de um governo brasileiro, tendo maior incremento a partir da década e 1930. A postura de fortalecimento das funções do governo central de Vargas (1930-1945 e 1951-1954) refletia, entre os diversos problemas, a Segunda Grande Guerra e o Estado Novo, fazendo com que utilizasse estratégias de governo dentro de uma perspectiva de desenvolvimento e integração nacional visando estabelecer a imagem de um "Estado Forte", o que compreendia o desafio da ocupação da Amazônia (BRITO, 2001; OLIVEIRA, 2003).

Sendo assim, de acordo com Nascimento (2009), em 1938, foi aceito um pedido do General Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército (EME) que autorizaria a criação de Batalhões de Fronteiras na Amazônia. Todavia, no hiato do conflito mundial, a temática da segurança nesta região fica em segundo plano. Com a nova configuração de uma nova ordem mundial pós 2ª Grande Guerra, o tema volta a ser discutido nas agendas militares e da segurança nacional, seguido de construções de unidades militares na

fronteira, atendendo a finalidade de presença e proteção física na região. Diante disto,

> A arquitetura organizacional desenvolvida e mantida atende aos requisitos da disponibilidade de fornecer, na Faixa de Fronteira, uma armadura composta por unidades físicas, inicialmente constituídas por Unidades Militares, para posteriormente transformar-se em vilas e cidades, segundo a concepção geopolítica da vivificação da fronteira por meio da atração de contingentes primeiramente familiares dos militares deslocados de outras cidades e/ ou regiões do país. Essa sempre foi a concepção estratégica dos militares, pelo menos os do EB, para a defesa da região (NASCIMENTO, 2009, p. 10).

Para Porto (1999), é durante a primeira gestão de Getúlio Vargas (1937-1945) e a promulgação da Constituição Federal dos Estados Unidos do Brasil de 1937 que se tem uma política de ocupação territorial voltada para as regiões fronteiriças da região Norte do Brasil, que possibilitaria ao Estado instalar Territórios Federais no Brasil quando houvesse uma justificativa para a sua criação sob interesse da defesa nacional, determinando que suas áreas fossem oriundas de partes desmembradas dos estados, e suas administrações reguladas por lei especial. Conforme anota Priori (2012, p. 05):

> Na década de 1920, e com maior intensidade nos anos de 1930, surgiu no Brasil, entre intelectuais e estudiosos de Geografia, uma discussão embasada na necessidade de redivisão administrativa do território brasileiro. Esse tema vinha sendo discutido desde o período colonial com as capitanias hereditárias e encontrava sua justificativa na existência de

> unidades federativas muito pequenas, como Sergipe e Alagoas, e outras muito grandes, como Pará e Amazonas, além da necessidade de se estabelecer uma divisão mais igualitária.

Com a finalidade de melhorar a organização do espaço brasileiro, em meados da década de 1930, realizou-se um estudo para reavaliar a divisão territorial do Brasil que foi conduzida pelo pesquisador geopolítico Everaldo Backheiser, por meio da Comissão Nacional de Redivisão Territorial. Como conclusão, ele sugeriu a instalação de territórios nacionais, a fim de atender às necessidades de povoamento apropriado na região, bem como à defesa de fronteira em caráter de urgência, além de criação de dez novas entidades no Brasil (MEDEIROS, 1944).

Segundo Porto (1999), no cerne da criação dos territórios federais havia a preocupação com a proteção das regiões fronteiriças devido à baixa densidade demográfica, a preocupação com escassa presença estatal nestas regiões, havendo a necessidade de criar condições jurídicas e socioeconômicas para reorganizar o espaço brasileiro baseado na constituição, bem como instituir programa de desenvolvimento que preconizava o saneamento e educação, dando início as etapas de valorização econômica para Amazônia brasileira.

Para Oliveira (2003) e Silva (2007), a criação de novos territórios federais derivou da intenção de garantir o povoamento de áreas "desabitadas" uma vez que era de interesse do Estado se fazer presente em áreas fronteiriças, sendo este um dilema recorrente desde o século XVIII, tendo como respaldo o discurso de difusão da Segurança Nacional, instrumento de legitimação das políticas públicas do governo federal, durante o Estado Novo (1937-1945).

Acontecimentos geopolíticos tiveram influência direta sob a ordem mundial a partir da metade da década de 1940, em fins da Segunda Grande Guerra, o que favoreceu a criação de territórios

federais em regiões limítrofes do Brasil sob a égide do aumento da proteção e aumento da defesa nacional em áreas consideradas de pouca presença estatal, em ideias geopolíticas de concepção de federalização de entidades governamentais visava o controle de fronteiras se concretizava por meio da criação dos territórios federais.

Para Oliveira (2003), vários foram os fatores geopolíticos que corroboraram para que ocorresse a criação de territórios federais no Brasil, notadamente em fronteiras de áreas consideradas sensíveis para a segurança nacional, a fim de se manter a integridade nacional inviolável por meio de uma política nacionalista de povoar, desenvolver e proteger as fronteiras, em especial a Amazônia brasileira que possuía entraves de demarcação de limites com países limítrofes como a França e Inglaterra.

Por outro lado, Santos (2005) anota que as gêneses dos territórios federais possuíam caráter intervencionista na Amazônia por meio de medidas concretas de um planejamento regional sistemático que obedecia a fatores endógenos e exógenos, uma vez que se discutia o papel do Brasil e a importância estratégica da Amazônia perante a uma política de modernização na sua economia a procura de matéria-prima, principalmente pelos beligerantes no decorrer da Segunda Grande Guerra, sendo necessário que o Estado brasileiro mantivesse o controle em suas fronteiras.

Dessa maneira havia necessidade explícita de presença estatal em áreas fronteiriças consideradas frágeis e de pouca densidade demográfica, sendo assim foram criados os territórios federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e do Iguassú, os quais de desmembraram dos estados do Pará, do Amazonas, de Mato Grosso, do Paraná e de Santa Catarina (mais tarde, na Constituição de 1946, viria extinguir-se os territórios federais de Iguassú e Ponta-Porã), de acordo com o Decreto-Lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943.

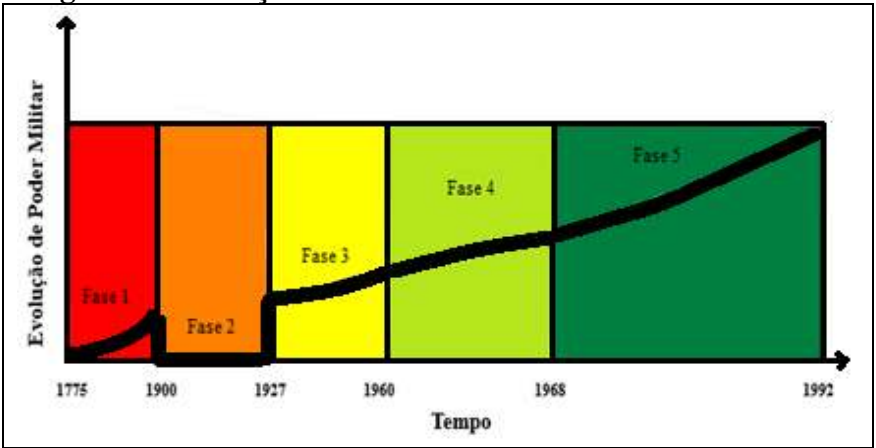
No que concerne a Amazônia brasileira, foram criados os territórios federais do Amapá, Guaporé e do Rio Branco, desmembrados do estado do Amazonas, em que o Rio Branco adquiriu uma configuração territorial dividida entre dois munícipios: Boa Vista, que se tornou capital, e Catrimani, que nunca chegou a ser instalado, sendo extinto oficialmente em maio de 1955 por meio da lei nº 2.495, dando, assim, lugar ao município de Caracaraí e para o território federal do Rio Branco, nomeando-se como seu primeiro governador o Capitão Ene Garcez dos Reis, em junho de 1944 (SILVA, 2007).

CICLO DE VIDA DA AMPLIAÇÃO DO PODER MILITAR E DA GEOPOLÍTICA NO ESTADO DE RORAIMA

Em decorrência da existência de uma periodização extensa sobre a ampliação do Poder Militar, sobretudo no estado de Roraima, optou-se em fazer o ciclo de vida periodizado em cinco fases distintas, compreendidas entre o período de 1775 a 1992, que corresponde à criação do Forte São Joaquim do rio Branco até a efetivação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf Sl), em 1992 (figura 7).

A fase 1 se caracteriza pela construção do Forte São Joaquim do rio Branco (1775-1778) e pela expedição comandada pelo Capitão *Phelippe Sturm* (oficial engenheiro alemão que servia à Coroa portuguesa) à margem esquerda do rio Tacutu (ponto de encontro com o Uraricoera, que forma o rio Branco), sendo considerado marco da ocupação portuguesa no Vale do rio Branco, posição considerada estratégica, pois barraria a passagem de espanhóis e holandeses para o rio Branco, impedindo qualquer tentativa de incursões estrangeiras no rio Negro (VIEIRA; GOMES FILHO, 2015).

Figura 7 - Evolução do Poder Militar no estado de Roraima



Fase 1 (1775-1900)	***Embrionária***	Compreende ao longo período de 125 anos que foi estruturado desde a criação pelo governo português até a final desativação pelo governo brasileiro do Forte São Joaquim do rio Branco.
Fase 2 (1901-1926)	***Déficit do Poder Militar***	Caracterizada pela transição de uma dinâmica de defesa a um intervalo de uma nova dinâmica que resulta na chegada de militares da cidade de Manaus (AM) na região.
Fase 3 (1927-1960)	***Retomada do Poder Militar institucional***	Refere-se ao período de retomada do Poder Militar institucional a instalação do Contingente Federal em 1927 na região que se transformou em Território Federal em 1943.
Fase 4 (1961-1968)	***Institucionalização e Irradiação de Organizações Militares***	Correspondente ao período no qual houve a difusão e ampliação do Poder Militar por meio de novas Organizações Militares em Roraima, justamente em um contexto de transformações nacionais.
Fase 5 (1969-1992)	***Reestruturação do Poder Militar***	Caracterizada pela reestruturação do Exército Brasileiro por meio de criação e/ou transferências organizações militares, notadamente para a região da Amazônia Legal, findando a criação da 1ª Bda Inf Sl.

Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2020). Baseada em modelos analíticos de: LIMA; SENHORAS; RIKILS (2017); e, SENHORAS; SENHORAS (2019).

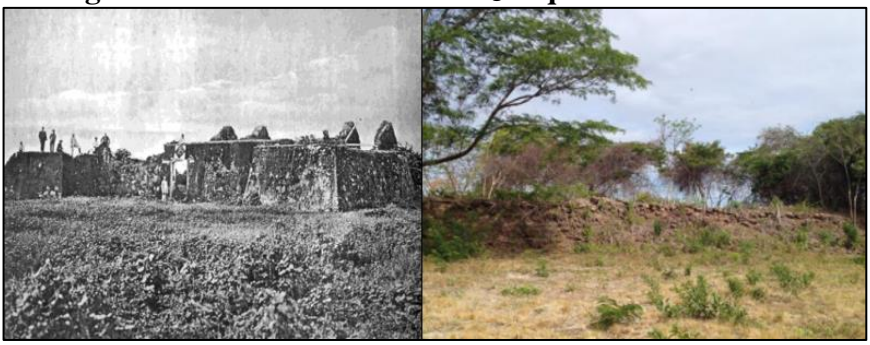
Segundo Bento (1975) o Forte São Joaquim do rio Branco fazia parte do arco de fortificações lusitana que circundavam a Amazônia no século XVIII, que fecha os principais acessos à região, como no caso do rio Branco (Forte São Joaquim), rio Negro (Forte São José de Marabitanas – Cucuí e Forte São Gabriel), rio Solimões (Forte de Tabatinga) e rio Guaporé (Forte Príncipe da Beira).

Para Frage (1991), o avanço dos portugueses sobre o rio Branco no início do século XVII deriva de dois pontos principais que marcariam esta região para sempre: o primeiro, pela sua importância no mercado interno da colônia, pois fornecia mão-de-obra indígena; e o segundo, pela sua posição estratégica como zona de proteção do interior de possíveis tentativas de expansão espanhola ou holandesa.

O Forte São Joaquim do rio Branco foi concluído em 1778 e, por mais de um século, esteve sob comando de dez comandantes até sua desativação em 1900 (figura 8), representando o centro da atividade política do Vale do rio Branco, servindo de extensão do Estado, primeiro português e depois brasileiro, pois "detinha o poder da administração da região, gerenciando a geopolítica de ocupação não-indígena na fronteira extremo Norte do Brasil em seus aspectos políticos e econômicos" (VIEIRA; GOMES FILHO, 2015, p. 134).

Além de ser considerado um dos baluartes mantenedores de nossa integridade territorial, o Forte São Joaquim do rio Branco teve o mérito de se constituir como referência do início da colonização do estado de Roraima, bem como marcar a presença militar na região. Teve um considerável período de grande importância no momento da consolidação da ocupação portuguesa no rio Branco a partir de sua construção (1775-1778), contribuindo na agenda diplomática acerca dos limites fronteiriços com os países vizinhos, já que serviu como argumentação da presença estatal na região do Branco (BRASIL, 2019b).

Figura 8 – Ruinas do Forte São Joaquim do rio Branco



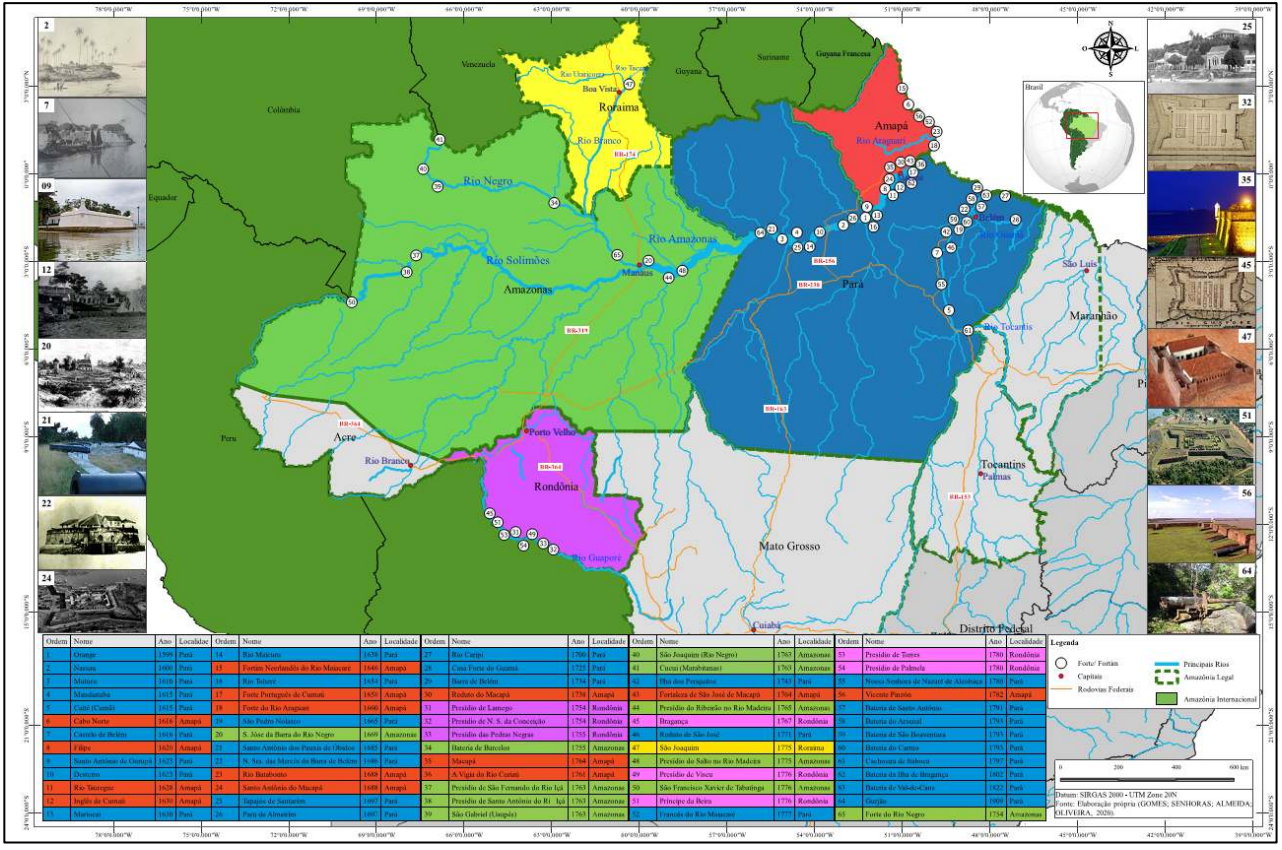
Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019a).

Ressalva-se que durante o desenvolvimento da presente pesquisa, foi possível a obtenção de informações e de dados acerca de 65 fortificações militares instalados na Amazônia entre os séculos XVI-XIX. Dessa maneira, teve-se acesso a obra[5] "Os Fortes da Amazônia" que permeia a história de como se desenvolveu o processo de ocupação portuguesa na região, junto ao Comando Militar da Amazônia (AM), por meio do Tenente-Coronel Pastor, onde obteve-se as devidas referências (Mapa 5).

A obtenção de informações sobre as fortificações militares junto ao Comando Militar da Amazônia na cidade de Manaus (AM), possibilitou fazer um mapeamento destas fortificações militares na Amazônia de modo mais assertivo e heterogêneo, diferentemente daqueles encontrados na literatura brasileira contemporânea, o que permitirá ao leitor fazer análises e ponderações acerca do material aqui apresentado, de modo que o mapa surge como um novo elemento junto à comunidade científica.

[5] Obra de autoria do Ten-Coronel da reserva remunerada do Exército Brasileiro, Lauro Augusto Andrade Pastor Almeida, doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (LATTES, 2020).

Mapa 5 - Fortificações militares na Amazônia (séculos XVI-XVII)



Ordem	Nome	Ano	Localidade	Ordem	Nome	Ano	Localidade	Ordem	Nome	Ano	Localidade	Ordem	Nome	Ano	Localidade	Ordem	Nome	Ano	Localidade
1	Orange	1599	Pará	14	Rio Maicuru	1638	Pará	27	Rio Caripi	1700	Pará	40	São Joaquim (Rio Negro)	1763	Amazonas	53	Presídio de Torres	1780	Rondônia
2	Nassau	1600	Pará	15	Fortim Neerlandês do Rio Maicuru	1646	Amapá	28	Casa Forte do Guamá	1725	Pará	41	Cucui (Marabitanas)	1763	Amazonas	54	Presídio de Palmela	1780	Rondônia
3	Maturu	1616	Pará	16	Rio Tolivre	1654	Pará	29	Barra de Belém	1734	Pará	42	Ilha dos Pesqueiros	1743	Pará	55	Nossa Senhora de Nazaré de Alcobaça	1780	Pará
4	Mandarubá	1615	Pará	17	Forte Português de Cumaú	1650	Amapá	30	Reduto do Macapá	1738	Amapá	43	Fortaleza de São José de Macapá	1764	Amapá	56	Vicente Pinzón	1782	Amapá
5	Caité (Cumaú)	1615	Pará	18	Forte do Rio Araguari	1660	Amapá	31	Presídio de Lamego	1754	Rondônia	44	Presídio do Ribeirão no Rio Madeira	1765	Amazonas	57	Bateria de Santo Antônio	1791	Pará
6	Cabo Norte	1616	Amapá	19	São Pedro Nolasco	1665	Pará	32	Presídio de N. S. da Conceição	1754	Rondônia	45	Bragança	1767	Rondônia	58	Bateria do Arsenal	1793	Pará
7	Castelo de Belém	1616	Pará	20	S. José da Barra do Rio Negro	1669	Amazonas	33	Presídio das Pedras Negras	1755	Rondônia	46	Reduto de São José	1771	Pará	59	Bateria de São Boaventura	1793	Pará
8	Filipe	1625	Amapá	21	Santo Antônio dos Pauxis de Obidos	1685	Pará	34	Bateria de Barcelos	1755	Amazonas	47	São Joaquim	1775	Roraima	60	Bateria do Carmo	1793	Pará
9	Santo Antônio de Gurupá	1623	Pará	22	N. Sra. das Mercês da Barra de Belém	1686	Pará	35	Macapá	1764	Amapá	48	Presídio de Salto no Rio Madeira	1775	Amazonas	61	Cachoeira de Babaça	1797	Pará
10	Oyeteiro	1623	Pará	23	Rio Batabouto	1688	Amapá	36	A Vigia do Rio Cuiuni	1764	Amapá	49	Presídio de Vinco	1776	Rondônia	62	Bateria da Ilha de Bragança	1802	Pará
11	Rio Jaurepiu	1628	Amapá	24	Santo Antônio do Macapá	1688	Amapá	37	Presídio de São Fernando do Rio Içá	1763	Amazonas	50	São Francisco Xavier de Tabatinga	1776	Amazonas	63	Bateria de Vila-do-Cairo	1822	Pará
12	Inglês de Cumaú	1630	Amapá	25	Tapajós de Santarém	1697	Pará	38	Presídio de Santo Antônio do Rio Içá	1763	Amazonas	51	Príncipe da Beira	1776	Rondônia	64	Guyão	1909	Pará
13	Mariscal	1630	Pará	26	Pará de Almeirim	1697	Pará	39	São Gabriel (Limpéu)	1763	Amazonas	52	Francês do Rio Maiacuru	1777	Pará	65	Forte do Rio Negro	1754	Amazonas

A fase 2, por sua vez se define pela ausência física do Poder Militar na região após a desativação do Forte São Joaquim do rio Branco em 1900. No entanto, esta região estava sob jurisdição do 1º Distrito Militar criado por meio do Decreto nº 431 de 2 de julho de 1891 que possuía jurisdição sobre aos atuais estados: do Pará, Maranhão, Piauí, Amapá, Amazonas, Roraima e Rondônia, cuja sede inicial na cidade de Belém-PA, e transferido da cidade de Manaus em 1903.

Contudo, no decorrer da pesquisa não foi identificado nenhum tipo de instalação e/ou representação militar na região do Vale do rio Branco (atual estado de Roraima), ainda que exista uma referência no portal do Jornal Folha de Boa Vista[6] com indicação de um destacamento de militares denominado de Contingente Especial de Fronteira na região em 1920, no período que compreende de 1900 à 1926.

A fase 3 se caracteriza pela retomada do Poder Militar institucional na região através da instalação do Contingente Federal, em 1927. O processo de ampliação deste poder em Roraima aconteceu de forma lenta, dando-se por meio da articulação geopolítica do poder central para a região mais setentrional do Brasil, concretizando-se com a instalação do Contingente Federal.

O Contingente Federal é considerado a primeira Unidade Militar do vindouro estado de Roraima, sendo instalado em uma modesta instalação predial com influência arquitetônica indígena (figura 9) e composto por uma guarnição de 28 militares. Permaneceu até o ano de 1943, quando foi transformada em Pelotão de Fronteira.

[6] Quarteis militares do Exército em Roraima (Folha de Boa Vista, 2015).

Figura 9 - Contingente Federal (1926)



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019a).

Após a criação dos Territórios Federais, foram criadas as respectivas Guardas Territoriais, as quais tinham como missão vigiar e proteger as fronteiras internacionais, uma vez que a Guarda Nacional havia sido desmobiliada em um período anterior, em 7 de setembro de 1922.

Para Lazzarini *et al*. (1998), a Guarda Territorial tinha como função: manter a ordem pública, bem como realizar policiamento urbano preventivo e repressivo; segurança de autoridades e dos bens públicos; promover abertura de estradas, segurança de fronteiras, dentre outras, estando subordinada diretamente ao governo territorial. No Território Federal do Rio Branco (figura 10), a Guarda Territorial foi criada mediante Decreto Federal nº 002/44, de 26 de novembro de 1944.

Figura 10 – Quartel da Guarda Territorial do rio Branco



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019a).

A Guarda Territorial do Rio Branco funcionou durante 31 anos, sendo desativada em 1974, o que daria início há um novo aparato policial com a criação da Polícia Militar (PMRR) e o Corpo de Bombeiro Militar (CBMRR), ambos criados em 26 de novembro de 1975 por meio da Lei n° 6.270, tendo de fato suas atividades iniciadas somente a partir de sua regulamentação por meio do Decreto-Lei n° 79.108, de 10 de janeiro de 1977 (BATISTA, 2014).

A fase 4 corresponde ao período que acontece a difusão e ampliação do Poder Militar por meio de novas Organizações Militares em Roraima, a partir da criação da 9ª Companhia de Fronteira (9ª Cia Fron) em 1961, com sede em Boa Vista, então Território Federal do Rio Branco (TFRB), estando diretamente subordinada ao Grupamento de Elementos de Fronteira (Manaus-AM), e o 1º Pelotão de Fronteira passando a integrar a 9ª Cia Fron (BRASIL, 1961). Esta modificação daria início à ampliação do Poder Militar para a região, já que a composição física de uma Companhia aumentaria o efetivo militar, considerando que, em média, equivaleria a três Pelotões de Fronteira, somado a um grupo de Comando e Base de Apoio Logístico e de Intendência.

Concomitantemente, ao processo de ampliação do Poder Militar nas fronteiras do Norte do Brasil, acontecia o processo de

fomento de políticas públicas para o desenvolvimento da região amazônica, que teve início ainda no governo de Getúlio Vargas, com o Plano de Valorização Econômica da Amazônia criado por meio da Lei no 1.806 de, 16 de janeiro de 1953. Este plano foi um instrumento político social em que se observou uma efetiva movimentação estatal no sentido de salvaguardar a soberania nessa região, integrando-a às demais regiões do Brasil, um real plano regional para ocupação, tendo influência direta em questões de Defesa Nacional (LUEDY; MELLO, 2016).

Para Pieranti e Da Silva (2007), nessa época, os principais projetos foram as construções de rodovias federais, como a Belém-Brasília, concluída em 1960, no governo Juscelino Kubitschek. A estrada e as rodovias federais de Cuiabá-Porto Velho-Manaus e Brasília-Cuiabá-Santarém seriam o elo entre a região Centro-Oeste e a Amazônia Legal, deste modo criando-se um sistema multimodal (rodovia-hidrovia) de significado estratégico na agenda de defesa nacional.

No tocante a agenda de Defesa Nacional voltada para a Amazônia Legal, em 27 de outubro de 1956, foi criado o Comando Militar da Amazônia (CMA), por meio do Decreto nº 40.179, com sede em Belém (PA) e jurisdição sobre os elementos do Exército sediados nos estados do Amazonas, Pará, parte norte de Goiás (a partir de Porto Nacional), parte do estado de Mato Grosso (Município de Aripuanã) e os Territórios Federais do Amapá, Rio Branco (hoje estado de Roraima), Acre e Guaporé (hoje estado de Rondônia), herdando, assim, a responsabilidade do IV Exército, com sede em Recife-PE (BRASIL, 2016).

Nesse sentido, de acordo com Nascimento (2009), com a criação do CMA encerra-se a longa trajetória das fortificações na Amazônia. Na visão de Mattos (1980), o desígnio deste Grande Comando, Comando Militar da Amazônia, eram os fortes construídos entre os séculos XVII e XIX, em que mesmo aqueles

que não foram utilizados em batalhas pelos portugueses serviram para uma estratégia dissuasória de enorme valor simbólico, e desde então vem recebendo o encargo de enquadrar e apoiar, em melhores condições de proximidade, todas as organizações militares situadas na imensa Hileia e, de forma gradativa, o Estado brasileiro intensifica sua presença militar na Amazônia Legal. Conforme discorre Ferreira (2016, p. 25):

> Com o passar do tempo, gradativamente, foi ganhando robustez a ideia de que o Estado brasileiro, em particular, as Forças Armadas deveriam exercer uma maior efetividade, em termos de estrutura, organização e consolidação de presença institucional na Amazônia. No que tange ao Exército, então, no ano de 1956, [**...**] foi criado o Comando Militar da Amazônia (CMA), na cidade de Belém-PA. Em 1969, houve a mudança da sede para Manaus-AM.

Segundo Hora e Marques (2005; 2015), observou-se que durante as últimas quatro décadas do século XX, aconteceu uma mudança de postura na doutrina e no emprego do Exército Brasileiro, passando pela doutrina da guerra convencional de forte influência francesa e a *posteriori* estadunidense de doutrina de combate à subversão, com ênfase nos primeiros governos militares (1964-1985), e chegando até a nova visão da realidade amazônica, sendo a última considerada como a propulsora da descentralização do foco da Força Terrestre deixando de ser o Centro-Sul do Brasil, e a crescente importância atribuída à Amazônia Legal.

Para Mattos (1980), a concepção estratégica então vigente das Forças Armadas, era de priorizar a Região Sul, uma vez que o dispositivo operacional estava articulado em face dos países

platinos, considerando a herança de confrontação geohistórica entre as colonizações portuguesa e espanhola em torno da Bacia do Prata.

Na Amazônia, o desafio se constituiu outro, a começar pela sua extensão e sua biodiversidade, as "velhas e novas ameaças" percebidas, além dos desafios gigantescos advindos de ameaças externas, como a ação de aventureiros ou do próprio meio ambiente; sendo assim, a mesma natureza que se mostra rica pela sua diversidade traz as maiores ameaças à soberania nacional na região (VILLAS BÔAS, 2013).

Segundo Gomes (2017), a preocupação do Exército Brasileiro com a Amazônia advém desde o período de sua conquista pelos portugueses, e o esforço de mantê-la pautou-se pela presença, ocupação e manutenção do território, a exemplo do que foi realizado pelo General de Exército Rodrigo Octávio Jordão Barros, primeiro Comandante Militar da Amazônia (julho de 1968 e março de 1970).

O General Rodrigo Octávio já apontava sobre quão grande era a missão do Estado brasileiro em se fazer presente na região ao proferir a seguinte frase, que marcaria seu pensamento patriótico: "Árdua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la" (figura 11), palavras estas que estão expostas em letreiros obrigatórios em todas as unidades militares da região amazônica.

Para Ferreira (2015), a partir dos governos militares (1964-1985) que se tem maior exploração e integração da Amazônia Legal com as demais regiões do Brasil através de projetos que possibilitassem o desenvolvimento, começando, assim, a despertar o interesse nacional e internacional considerando que a escassez de produtos naturais em países desenvolvidos aguça o imaginário destes Estados extra-amazônicos sobre uma possível intervenção travestida de proteção mundial para futuras gerações (NASCIMENTO, 2013).

Figura 11 - Letreiro do 6º Pelotão Especial de Fronteira-Uiramutã (RR)



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019a).

Após os incentivos do governo brasileiro para a Amazônia, o avanço demográfico foi fortemente impulsionado por meio de programas que visavam, notadamente, o povoamento e o desenvolvimento econômico por meio da exploração dos recursos naturais. De acordo com Curado e Sarti (2008), ainda que questões ambientais fossem consideradas assunto de relevância, estas eram abertamente relegadas ao segundo plano caso eventualmente pudesse interferir ou atrasar, direta ou indiretamente, em projetos do Governo militar.

Sendo assim, nas décadas de 1960-1970, várias foram as ações implementadas no espaço amazônico que contribuíram para (re) produção dessa região, dentre elas: o Projeto RADAM/BRASIL (Radar na Amazônia), que priorizava a coleta de dados sobre recursos minerais, solos, vegetação, uso da terra e cartografia da Amazônia e áreas adjacentes da região Nordeste, justificado pela

vastidão de sua área florestada; e a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus, que tinha por objetivo desenvolver e integrar a região ao resto do Brasil. Ambos tinham por objetivo desenvolver e integrar a região ao resto do Brasil.

Para Aguiar *et al*. (2013), nesse mesmo período iniciam-se discursões sobre políticas ambientais, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano com a consequente assinatura da Declaração de Estocolmo (1972), paralelamente ao início das pressões para preservação ambiental no mundo, em que a Pan-Amazônia se situa como tema central nos debates. Sendo assim, "a conferência marca a Amazônia como espaço de representação ecológica internacional, o território passa a ser foco de debates internacionais e o ideal de "internacionalização da Amazônia" debuta na pauta de discussões dos líderes das grandes potências mundiais" (AGUIAR *et al*., 2013, p. 07).

No que concerne à ideia de internacionalização da Amazônia, em entrevista concedida ao Jornal Folha de São Paulo de 13 de abril de 2005[7], o General Meira Mattos anota que esta ideia é antiga e que, de tempos em tempos, ela volta à tona para discussão, sendo trazida por novos ventos revestidos por teses pseudocientíficas ou sócio humanitaristas para ocultar o seu verdadeiro objetivo político e/ou econômico:

> No começo era apenas a surpresa aplastante de quantos famosos cientistas e naturalistas, europeus e norte-americanos, diante da magnitude do cenário florestal e hidrográfico com que deparavam na Amazônia. Nos séculos 17 e 18 vieram conhecê-la e estudá-la renomados cientistas e naturalistas da

[7] Entrevista concedida ao repórter Cesar Maia na seção OPINIÃO: Tendências/Debates do jornal Folha de São Paulo, em 13 de abril de 2005, com o tema "A internacionalização da Amazônia".

> Europa e dos EUA. Seus relatórios e estudos chamaram a atenção internacional para a Amazônia. Passada a fase de admiração científica pela sua colossal imagem geográfica, vieram as ambições e a cobiça.

Portanto, observa-se haver mudança de postura do governo brasileiro no que concerne a ampliação do Poder Militar na região amazônica, especificamente para Roraima, decorrente de acontecimentos políticos na então Guiana britânica que se tornaria independente no dia 26 de maio de 1966. Além de adquirem independência, o Estado guianense passaria por mais um período conturbado em sua historiografia por meio da nominada Questão do Rupununi, a qual traria consequências geopolíticas diretas para o Brasil.

De acordo com Pereira (2008), *Rupununi* é a nona região entre as dez que o Estado guianense possui e está localizada a Sudoeste, numa extensão de 6.000 km banhada pelo rio de mesmo nome na qual, também, estão as fronteiras da Guyana com o Brasil e da Guyana com a Venezuela. Essa região esteve envolvida em fatos "políticos mais significantes daquele país é, por conseguinte, a história política desse país o viés que ajuda na interpretação da composição multicultural e das relações sociais construídas com o Brasil" (PEREIRA, 2008, p. 119).

Ainda segundo Pereira (2008), é possível observar que foi durante as décadas de 1950-1960 que resultaram na consolidação de cultura partidária que se impunha numa situação de colônia, que contribuiria para que ocorresse no processo de independência da Guyana, uma vez que posturas ideológicas particulares trazidas do pós Segunda Grande Guerra traria preocupação da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos da América com tendência marxista-leninista

para a região, por consequência, implicaria diretamente na fronteira com o Brasil.

Nessa direção, em 1966, a Guyana adquiriu sua independência do domínio inglês antes mesmo de sequer resolver as questões de instabilidade política que acometia a região, sobretudo as que envolviam o interesse norte-americano em impedir a instalação de um governo socialista em sua área de influência como também as que se tratavam de disputas étnicas pelo poder, tendo em vista que antes a divisão política na Guyana era marcadamente étnica, "sendo que os dois partidos principais, o *People's Progressive Party* e o *People's National Congress*, estavam divididos entre indoguianenses e afroguianenses, respectivamente" (AGUIAR, 2014, p. 22).

A fase 5 se caracteriza pela reestruturação organizacional do Exército Brasileiro por meio da criação e/ou transferências de Organizações Militares de grandes centros urbanos para regiões de menor adensamento populacional, principalmente para os estados fronteiriços que compõe a Amazônia Legal. Tais acontecimentos deriva de acontecimentos geopolíticos que afetaria diretamente a Amazônia Setentrional, como exemplo, destaca-se o caso da revolução do *Rupununi* que tinha como objetivo obter sua independência do Estado da Guyana ocorrido entre os dias 01 e 04 de janeiro de 1969 a partir da tomada da cidade de *Lethem* (fronteira com o Brasil), e deste modo, tentar impedir a chegada da Guiana *Defense Force* (AGUIAR, 2014).

A questão do *Rupununi* teve como protagonistas os fazendeiros/rancheiros locais que não possuíam organização nem tinham como treiná-los, além de não possuírem armamentos para dar suporte à insurreição. Sendo assim, buscaram apoio junto ao governo da Venezuela, o que obtiveram de pronto. No entanto, o governo venezuelano possuía intento de apenas desestabilizar o

governo guianense objetivando a reanexação da região de *Essequibo*, que ainda se encontra em litígio entre os dois países.

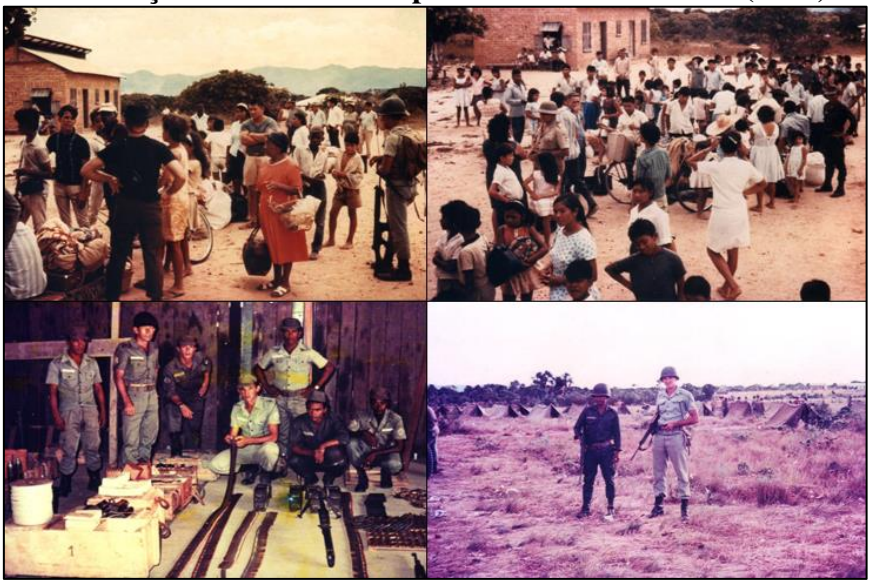
Para Aguiar (2014), a revolta encerrou-se a partir da não prestação de apoio prometido por parte do governo venezuelano, o que causou desintegração do movimento, implicando em emigrações para o território brasileiro para as regiões de Boqueirão do Lua, onde havia uma aeronave clandestina para conduzi-los para a Venezuela. Parte do movimento conseguiu atravessar a fronteira entre Brasil e Guyana pelo rio Tacutu e chegar à cidade de Bonfim (figura 12), sendo em seguida presos por militares do Exército Brasileiro e conduzidos para as cidades de Boa Vista e Rio de Janeiro, onde foram libertados.

Em decorrência dos acontecimentos da Questão do *Rupununi*, o Estado brasileiro enviou tropas para as cidades de Bonfim, Normandia e Vila Pereira, atual Vila Surumu que se localiza na fronteira entre Brasil e a Guyana. Tempos posteriores, houve a criação dos 1º, 2º e 3º Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), respectivamente, considerados como a ponta de lança do Comando Militar da Amazônia na região.

Segundo o Capitão Damásio Douglas Nogueira[8], entres os dias 01 e 03 de janeiro de 1969 foram enviadas tropas do Exército Brasileiro nível Pelotão, composto por 30 militares, entres Sargentos, Cabos e Soldados da 9ª Companhia de Fronteira, que estavam sob o Comando do Capitão Airton Amorim de Lima e do 2º Tenente Eutychio Gonçalves Pereira Mendes, com a missão manter a integridade física da população local e o controle da área dando sustentação à defesa da fronteira na região.

[8] Entrevista cedida à Seção de Comunicação Social do CFR/7º BIS.

Figura 12 - Refugiados da Revolta do Rupununi e apreensões de munições e armamentos pelo Exército Brasileiro (1969)



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019a).

Ainda segundo o Capitão Damásio, as tropas permaneceram em Bonfim (1º PEF) e Vila Pereira até o dia 25 de março de 1969 (figura 13 A e B), sendo substituídas por militares do Grupo de Elementos de Fronteira (GEF) da cidade de Manaus-AM e da 5ª Companhia de Guarda da cidade de Belém-PA, os quais foram substituídos por um Desatamento de militares da 9ª Companhia de Fronteira. Enquanto na Normandia, após o controle da situação, foram deslocadas tropas do 27º Batalhão de Caçadores (27º BC) da cidade de Manaus-AM (hoje 1º BIS/Amv), permanecendo até 25 de março de 1969.

Em Normandia (2º PEF), as tropas foram substituídas por militares da 9ª Cia Fron (Boa Vista), sob o Comando do 3º Sargento

Damásio Douglas Nogueira cuja equipe era composta por mais nove militares, constituindo, assim, o primeiro destacamento de segurança na área, ocupando as mesmas instalações do tapiri[9] deixado pelo 27º Batalhão de caçadores, local da atual sede do 2º Pelotão Especial de Fronteira (figura 13 C e D).

Figura 13 - Primeiro Contingente militar em Bonfim (1969)



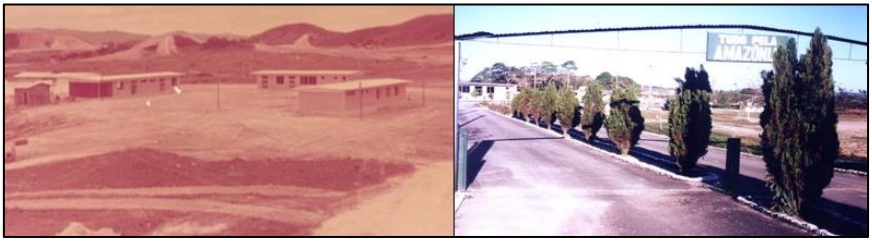
Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019a).

O 3º Pelotão Especial de Fronteira teve sua gênese na Vila Pereira, quando do envio de tropas militares da 9ª Companhia de Fronteira em 1969 concomitantemente a construção da Rodovia Federal BR-174 (1970-1977). Seu primeiro efetivo foi composto

[9] Segundo Houaiss e Villar (2001, p. 2670) choupana construída para abrigar provisoriamente seringueiros, lavradores, etc.

por nove militares no dia 8 de março de 1973 após a construção de suas novas instalações para a então Vila Pacaraima (fronteira com a Venezuela), sendo assim, segundo Silva (2015) dava-se início os primeiros aglomerados de casas que possibilitaria o surgimento da atual cidade de Pacaraima (figura 14).

Figura 14 - Instalações militares na Vila Pereira e de Pacaraima



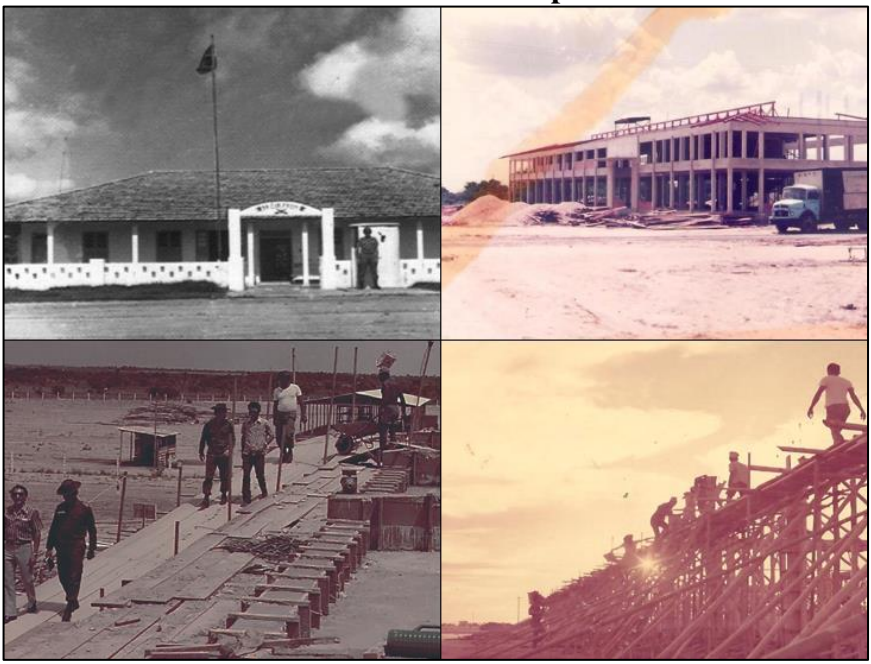
Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019a).

A transferência do Comando Militar da Amazônia da cidade de Belém-PA para a cidade Manaus-AM, em 1969, transcorreu pelo fato de se cumprir as exigências de melhor administrar a região da Amazônia Ocidental, concomitantemente aos acontecimentos resultantes das tensões políticos na Guyana que culminariam na Revolta do Rupununi no início do ano de 1969.

Esse fato, decerto, corroborou para implementação da restruturação da força terrestre com ampliação de ações que resultaria na ampliação do Poder Militar na Amazônia Legal, a partir de realocamentos, criações e transferências de Organizações Militares das regiões Sul e Sudeste do Brasil, sendo criadas, segundo Brasil (2019h), 15 novas Organizações Militares, fato este considerando inédito e de grande envergadura para um Grande Comando de Área.

Para Roraima, aconteceram significativas mudanças estruturais, a começar pela criação do Comando de Fronteira de Roraima (CFR) por meio do Decreto nº 64.497, de 23 de maio de 1969, e a transformação da 9ª Companhia de Fronteira para o 2º Batalhão Especial de Fronteira (2º BEF), conforme Decreto Federal nº 65.133, de 11 de setembro de 1969, ambos comandados pelo mesmo Comandante (figura 15), e sendo efetivados a partir de 31 de março de 1976. Atualmente, são representados pelo Comando de Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva (BRASIL, 2019f).

Figura 15 - Construção das instalações do Comando Fronteira / 2º Batalhão Especial de Fronteira



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019b).

No contexto das ações estratégicas do governo federal, o Decreto Presidencial nº 63.184, de 27 de agosto de 1968, cria o 6° Batalhão de Engenharia de Construção (figura 16), que se originou a partir da 1ª Companhia Especial de Engenharia na cidade de Manaus (AM), que foi criada em 1967 e instalada em 9 de agosto de 1968, data de comemoração da criação do Batalhão. A motivação da transferência da sede do 6º BEC da cidade de Manaus para a cidade de Boa Vista, decorreu dos acontecimentos das tensões suscitadas na fronteira do Brasil e Guyana pela Questão do *Rupununi* (BRASIL, 2019f).

Figura 16 - Sede provisória do 6º Batalhão de Engenharia de Construção e construção da atual sede em Boa Vista (RR)



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019a).

Com a presença do 6º BEC em Roraima, deu-se início a um longo processo de construções de infraestrutura de grande envergadura, instalações militares e civis por todo Território Federal do Rio Branco, como foi o caso das obras consideradas mais emblemáticas da história do Batalhão:

1. As construções das rodovias federais BR-174 (figura 17 A e D) de conexão entre as cidades de Manaus (AM) e Pacaraima (RR) (fronteira com a Venezuela);
2. BR-401, que faz conexão entre Boa Vista, fronteira com a cidade de *Lethem* Vista e Bonfim (figura 17C);
3. Construção do ginásio desportivo da Guarnição de Boa Vista (BRASIL, 2019f).

Figura 17 - Obras da BR-174 realizadas pelo 6º Batalhão de Engenharia de Construção



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019a).

Sendo assim, o 6º BEC recebeu a responsabilidade de construção de diversas obras na cidade de Boa Vista, incluídas suas atuais instalações, bem como de 15 casas no município de Caracaraí (RR) para o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASA, figura 18A); bem como para a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL, figura 19B); Instalações da antiga Base Aérea de Boa Vista, 1984 (hoje ALA 7, figura 18C); transporte de viaturas e meios de Engenharia no rio Uraricoera durante construção da BR-174, 1970 (figura 18D); dentre outras.

Figura 18 - Obras executadas pelo 6º Batalhão de Engenharia de construção (1970-1980)



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019a).

Recentemente, o 6º BEC participou ativamente da Operação Acolhida, lançada pelo Governo Federal em março de

2018, que visa à prestação de apoio a organização das atividades necessárias ao acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade, decorrente da crise migratória da Venezuela. Segundo Brasil (2018b), a coordenação dos trabalhos é feita pela Força-Tarefa Logística Humanitária do Exército Brasileiro, em que os trabalhos são realizados de forma conjunta por órgãos federais, estaduais e municipais, notadamente com apoio logístico e de infraestrutura nos abrigos (figura 19).

Figura 19 – Maquete de construção de abrigos e bases utilizadas pela Força-Tarefa (Pacaraima, 2019)



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019a).

Ainda na década de 1980, no dia 18 de agosto de 1982, foi instinto o 2º Esquadrão Independente de Cavalaria, sendo suas atividades encerradas em 31 de dezembro do mesmo ano. Em Portaria de mesma data, criou-se o 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (12º Esqd C Mec) com sede na cidade de Boa Vista-RR, diretamente subordinado ao Comando Militar da Amazônia (figura 20).

O 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado é oriundo do 15º Regimento de Cavalaria Independente na cidade de Castro-PR de 1943, passando a ser denominado de II Esquadrão de Fuzileiros do 2º Regimento de Cavalaria em 1946, e em 1957 passando ser

nominada de 2º Esquadrão Independente de Cavalaria em 1946. Seu primeiro Comandante foi então o Major de Cavalaria César Augusto Barroso Ramos nomeado em 3 de setembro de 1982, aonde teve suas primeiras instalações (dois pavilhões existentes) no então Comando Fronteira /2º Batalhão de Fronteira (hoje CFR/7º BIS) (BRASIL, 2019b).

Figura 20 - Instalações e tiro de carro de combate Cascavel EE-90 do 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019a).

O estado de Roraima também se compõe pela fisiografia de savanas (cerrados), correspondendo à formação de vegetação rasteira em que se destacam as gramíneas, ervas, arbustos e árvores esparsas, representando cerca de 39.800 km^2 os quais estão estabelecidos à Nordeste do estado (BARBOSA; MIRANDA, 2004). Esta composição se assemelha às da Região Sul do país, onde se concentram grande parte das Unidades Militares de Cavalaria Mecanizado do Exército Brasileiro, constituindo-se, assim, em fator determinante para criação e transferência deste tipo de unidade para a cidade de Boa Vista.

As unidades de cavalaria podem ser dotadas por viaturas blindadas, mecanizadas, de guardas e por carros de combate, o que lhe proporciona poder de mobilidade e, consequentemente,

vantagem como instrumento multiplicador de forças favorecendo sua atuação no terreno. No caso específico do 12º Esqd C Mec, este está dotado por viaturas: blindadas, leves e média, além de caminhões, dentre outras.

Ainda dentro da perspectiva de ampliação do Poder Militar, em 12 de julho de 1988, por meio da Portaria Ministerial nº 654, foi concedido ao Comando de Fronteira Roraima/2º Batalhão Especial de Fronteira a denominação histórica de Batalhão Forte São Joaquim, e, em primeiro de janeiro de 1992, foi dada a denominação atual de Comando de Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva, o qual está diretamente subordinado ao Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (figura 21).

Figura 21 - Construção do pavilhão do Comando Roraima / 7º Batalhão de Infantaria de Selva (antes e depois)



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019a).

Ulteriormente, o período que compreendeu o fim da Guerra Fria (1991) trouxe grandes modificações para o sistema internacional, mesmo que tenha seguido por um período de unilateralismo norte-americano que ocasionou o arrefecimento do rigor do sistema internacional devido ao término da disputa bipolar. Essa mudança no nível sistêmico leva a um relativo

enfraquecimento da liderança no nível global, “dando maior espaço a potências regionais, ampliando a margem para a construção de regimes sub-regionais que atendam às demandas específicas dos atores regionais” (FAGUNDES, 2013, p. 03).

Desse modo, aconteceu uma reconfiguração da segurança internacional, em que fontes de insegurança, antes secundárias, ganham importância na agenda de segurança dos Estados. As chamadas “novas ameaças” tinham como fundamental característica seu caráter não-militar. Entre tais ameaças destaca-se o narcotráfico, o terrorismo e o crime transnacional organizado (FAGUNDES, 2013).

Para Martins Filho e Zirker (2001), é esta lógica que irá se refletir no espaço amazônico por meio do ressurgimento de temas antes pouco debatidos, como a vulnerabilidade das fronteiras, o crime transfronteiriços, tráfico de drogas, guerrilhas, como também sua compreensão como parte de um contexto mais amplo como a “cobiça internacional”, proferidos numa visão mais rígida da ameaça de internacionalização da Amazônia.

A partir da década de 1980 várias foram as ações do Estado brasileiro em se fazer mais eficaz e presente na região da Amazônia Legal com intuito de explorar, desenvolver e integrá-la às demais regiões. Além disso, é com base na chamada Nova República, com o governo de José Sarney (1985-1990), que é lançado o Projeto Calha Norte (PCN) que visou, dentre outras, responder a pressões exógenas.

Considerado um dos últimos grandes projetos com viés voltado tanto para Defesa Nacional quanto para integração regional durante o período militar para a Amazônia Legal, o Projeto Calha Norte (PCN), segundo Curado e Sarti (2008), seria uma resposta unilateral do Brasil, frente sua aparente insatisfação quanto à falta

de avanços obtidos com o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), mas com o objetivo de aumentar sua área de atuação.

Para Mattos (1990), o PCN foi de grande importância para o Brasil, especialmente no que se refere a questões geopolíticas daquele momento, sobretudo quanto à administração da fronteira norte e às práticas ilícitas que se agravavam na região, notadamente em Roraima, com conflitos entre garimpeiros e indígenas. Desde sua criação, promoveu a ocupação e o desenvolvimento ordenado da Amazônia, primeiramente ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas e, anos mais tarde, abrangendo quase que toda a Amazônia legal.

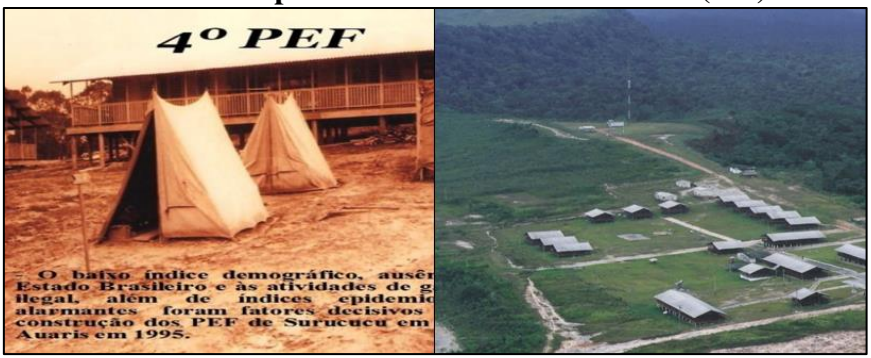
O PCN teve em seu escopo inicial a manutenção da soberania da Amazônia Legal e promoção do desenvolvimento ordenado e sustentável, colocando-se como de grande relevância a partir do discurso da baixa densidade demográfica existente na região e o avanço de crimes transfronteiriços. Sendo assim, surgiu com três ações com duas vertentes: a militar, com duas ações, e a civil, com uma ação, com abrangência inicial comtemplando áreas militares como o âmbito social, para serem aplicadas na faixa de fronteira setentrional da Amazônia brasileira (Amazonas, Amapá, Roraima e Pará). De acordo com Gomes (2017, p. 30):

> A Vertente Militar, que corresponde à "manutenção da soberania e integridade territorial", com desenvolvimento sustentável da região do Calha Norte, e a "Vertente Civil", implantação de infraestrutura básica nos municípios da região do PCN. Para maior presença do Estado e, sobretudo dos militares, nos pontos chaves para a soberania e defesa brasileira, a abrangência do CN foi expandida.

O PCN possibilitou a ampliação do Poder Militar para o estado de Roraima com a criação de mais três Pelotões Especiais de

Fronteira (PEF). O primeiro foi o 4º PEF na região da Serra de Surucucu (município de Alto Alegre), cuja construção foi outorgada pelo governo federal em 14 de abril de 1986, com efetivo marcando a presença militar em 08 de março de 1988. Situado num platô sobre as elevações do Planalto das Guianas na região serrana do Parima (Figura 23), localizado a noroeste do estado de Roraima, possui cerca de 40 km de distância da fronteira venezuelana (BRASIL, 2019b).

Figura 22 - Instalações do
4º Pelotão Especial de Fronteira - Surucucu (RR)



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019a).

Os 5º e 6º PEF foram criados nos anos de 1988 e 2002, respectivamente, durante a transformação do Projeto Calha Norte. O 5º PEF encontra-se localizado na região de Auaris, no município de Amajari, a Noroeste do estado, cerca de 445 km de Boa Vista. Situado numa clareira aberta na floresta densa sob as montanhas da Serra Parima, localizada em terra indígena Yanomâmi, foi inaugurado em 04 de dezembro de 1995 (figura 23 A e B), quando da chegada de uma aeronave Búfalo C-115 da Força Área Brasileira

(FAB), que transportava o primeiro destacamento de militares do Exército Brasileiro para aquela região (BRASIL, 2019).

Por fim, o 6º PEF, criado em 26 de abril de 2002 (figura 23 C e D) com a chegada dos primeiros militares de valor Pelotão para ocupação da instalação PEF. Foi inaugurado em 02 de maio de 2002, estando localizado cerca de 800 m da sede do município de Uiramutã, a Nordeste do estado de Roraima, circundado por várias localidades, sendo a maior parte da população composta pelas comunidades de Socó, Água Fria e de Mutum (BRASIL, 2019b).

Figura 23 - Instalações do 5º Pelotão Especial de Fronteira-Auaris (RR)



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019a).

Desse modo, é com a criação do 6º PEF que o Exército Brasileiro conclui (até o momento) o processo com seis unidades militares de pequeno valor (mapa 6) e completa o arco-extremo norte roraimense, que engloba as porções Leste-Nordeste (fronteira com a Guyana) até porção Oeste-Nordeste (fronteira com a

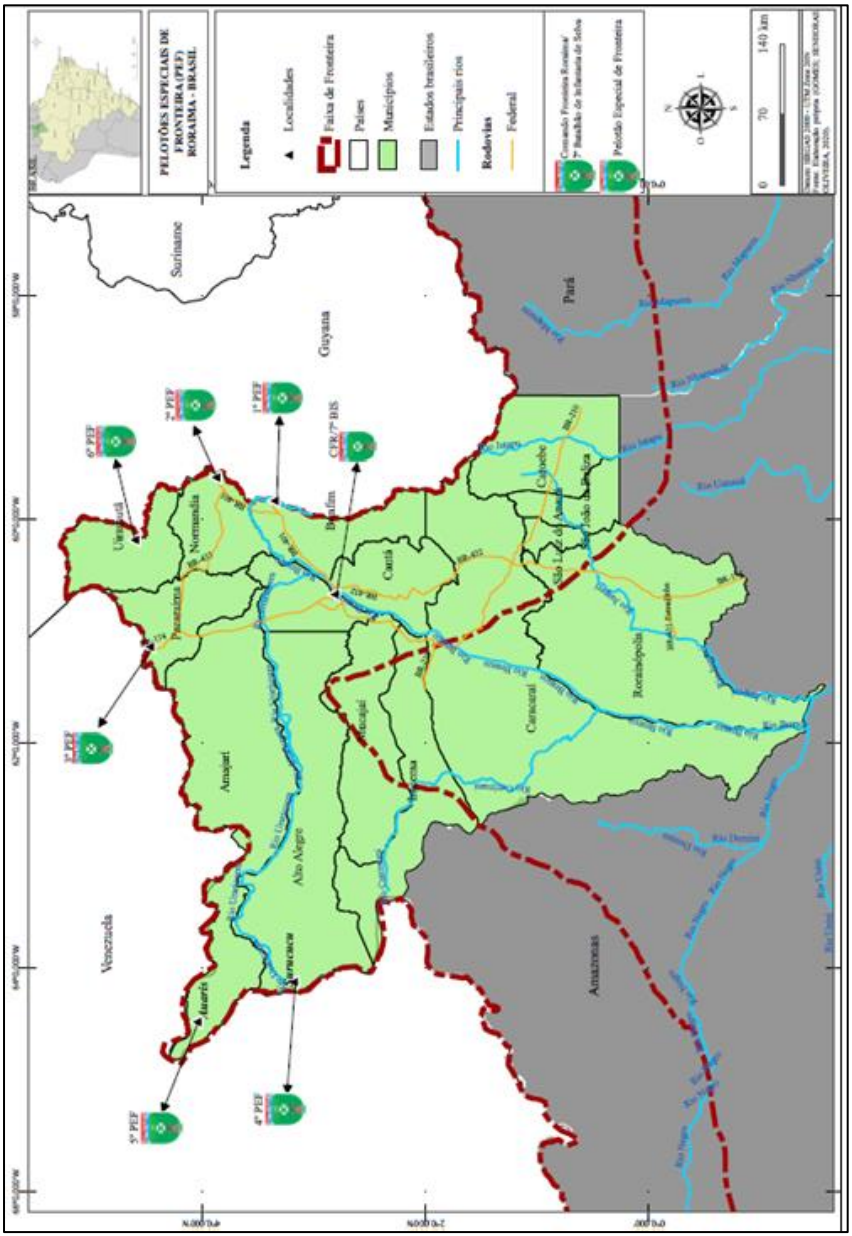
Venezuela) ao longo dos 1.922 km de fronteira, sendo todos diretamente subordinados ao Comando Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva (BRASIL, 2019b).

Segundo Gomes e Dias (2019), os PEF são considerados como "a ponta de lança" do Comando Militar da Amazônia com seus 28 PEF espacializados pela a Amazônia Legal, especificamente em áreas fronteiriças, de maneira que cumprem a missão estratégica da presença estatal em locais de difícil acesso (geralmente), bem como possuem encargos e atividades idênticas às demais unidades militares. Entretanto, por encontrar-se geralmente em locais isolados, possuem características específicas, mas com a missão comum vinculada à tríade combate, vida e trabalho, notadamente visando realizar vigilância aproximada e a proteção preventiva da faixa de fronteira.

É nesse ínterim que se observa que as Forças Armadas do Brasil, especialmente o Exército Brasileiro, buscam realizar uma reestruturação na força por meio de realocamentos, transferências e/ou criação de novas Unidades Militares de grandes centros urbanos para a região considerada de baixo adensamento populacional e mais vulnerável a tensões endógenas e exógenas, como foi o caso da Amazônia Legal.

Desse modo, com a transferência do Comando da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada da cidade de Petrópolis (RJ) para Boa Vista (RR), em 13 de janeiro de 1991, foi criada a 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf Sl) através de Portaria Ministerial, passando a funcionar a partir de 01 de janeiro de 1992 na cidade de Boa Vista, atendendo os critérios estruturais do Exército Brasileiro uma vez que estes Grandes Comandos possuem "formação básica de combinação de armas, integradas por unidades de combate, apoio ao combate e de apoio administrativo, com capacidade de atuar de maneira independente e por tempo significativo" (BRASIL, 1984, p. 17).

Mapa 6 – Espacialização dos Pelotões Especiais de Fronteira no estado de Roraima



Com a finalidade de complementação do quadro organizacional da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, em janeiro de 2002 foi criado o 10º Grupo de Artilharia de Selva (10º GAC Sl) figura 24 A e B; em abril de 2004 foi criado o 1º Pelotão de Comunicações de Selva (1º Pel Com Sl) figura 24C, findando com a criado do 1º Batalhão Logístico de Selva (1º B Log Sl) em de fevereiro de 2014 (figura 24D), desta maneira completando seu quadro organizacional.

Figura 24 - Ultimas Unidades Militares criadas pertencente ao quadro organizacional da 1ª Brigada de Infantaria de Selva



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2019a).

A desativação da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada (Petrópolis-RJ) e a ativação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Boa Vista-RR) cumpria a determinação prevista no Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX), que, num primeiro momento,

comtemplava uma reestruturação de curto prazo denominada de Força Terrestre 90 (FT 90), dentro do período de 1986 a 1990; outra de médio prazo denominada FT 2000, até o ano 2000; por fim, uma de longo alcance até 2015.

Observa-se que além disso, que o Exército Brasileiro desde a década de 1960 vem buscando uma nova reestruturação da sua força adequando-se à realidade brasileira após o rompimento do acordo militar[10] com os Estados Unidos da América em 1977. Isso, desde a reformulação da doutrina militar (décadas de 1960-1970) até se chegar à modificação da base regimental divisória utilizada na Segunda Grande Guerra para a organização tática de brigada, quando surgem as Brigadas de Infantaria em 1973 (KUHLMANN, 2007).

Segundo Kuhlmann (2007), o maior impacto na Força Terrestre ocorreu logo após o conflito entre argentinos e britânicos nas Ilhas Malvinas/Falklands[11] na década de 1980, que derivou estudos sobre a reestruturação da Força e culminou com o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX), instituído por meio da Portaria no 077-EME, de 04 de dezembro de 1995.

Para Alves e Campos (2012), o episódio das Ilhas Falklands/Malvinas serviu de alerta para o Exército Brasileiro, que extraiu importantes ensinamentos desse conflito, sento este o mais recente episódio de guerra convencional no Teatro de Operações Sul-americano e o primeiro após o rompimento do acordo militar

[10] Acordo de Assistência Militar entre a República dos Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América assinado em março de 1952 pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos da América, com o objetivo de garantir a defesa do hemisfério ocidental, vigorando até 1977 (D'ARAÚJO, 2019).

[11] A Guerra das Malvinas foi um conflito armado entre Argentina e Inglaterra pelas Ilhas Malvinas/Falkland, ocorrida no ano de 1982. "As ilhas, localizadas no Atlântico, são questões de controvérsias em relação à soberania da região, já que diferentes relatos são de diversas nacionalidades terem chegado primeiro no pequeno arquipélago". (MACEDO, 2018, p. 16).

Brasil-EUA. Ao mesmo tempo, o Exército Brasileiro passou a buscar, com maior autonomia, um pensamento militar autóctone.

Para o SIPLEX, num primeiro momento, havia previsão de uma reestruturação de curto prazo denominada de Força Terrestre 90 (FT 90), dentro do período de 1986 a 1990; outra de médio prazo até o ano 2000, denominada FT 2000; finalizando com uma de longo alcance até 2015. O SIPLEX se trata de procedimento do planejamento estratégico que tenta obter eficiência pelo progresso incremental da instituição, conforme anota Silva (2009, p. 71):

> O núcleo central do SIPLEX diz respeito, exatamente, a um sistema de planejamento organizacional que funciona como laço fechado de retroalimentação que deve possibilitar a melhoria continua do desempenho do Exército Brasileiro (EB), por meio da prática do planejamento, execução do plano, avaliação do resultado e ação de correção dos desvios.

No que tange sobre a Doutrina dentro da concepção estratégica geral do Exército Brasileiro, a Força Terrestre destaca-se em três tipos: a Doutrina Alfa (Garantia da Lei e da Ordem), a Doutrina Gama (referente à defesa da região Amazônia) e a Doutrina Delta (área Continental, exceto a região Amazônia). A defesa da Área Estratégica da Amazônia, que inclui a região guianense, diz respeito ao SIPLEX-IV, sendo considerada como região de Defesa Externa e, deste modo, defendida como prioridade 1 (DA SILVA, 2009), sendo assim,

> A Concepção Estratégica (CE), como parte do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx),

> constitui-se em um embasamento conceitual, decorrente de estudos, análises e avaliações, que indica como o Exército deve ser empregado para cumprir sua missão e, por via de consequência, organizado, articulado e preparado, tudo consubstanciado no Plano Estratégico do Exército (Ex) (BRASIL, 2017, p. 05).

Para Kuhlmann (2007) o SIPLEX é considerado uma doutrina consolidada que estabelece uma metodologia de planejamento, homogeneizando o pensamento militar brasileiro. Compreende desde a intepretação da missão do Exército, passando pelas concepções estratégicas, diretrizes e planos de execução, com ele, havia previsão de criação abrupta de brigadas operacionais no Brasil, de 27 para 41 unidades.

No entanto, a previsão de aumento efetivo de unidades de brigadas não se concretizou, mas algumas brigadas de selva foram criadas e/ou transferidas de grandes centros urbanos, como o Rio de Janeiro, para a região da Amazônia Legal, deixando de existir algumas Unidades Motorizadas. Sendo assim, foram feitas adaptações "pela falta de condições de implementar todo o plano criaram um reordenamento que poderia ser considerado um *downsizing*, ainda que não tenha ocorrido a diminuição de unidades, apenas sua alocação" (KUHLMANN, 2007, p. 13).

Como objetivos iniciais, o SIPLEX tinha como escopo diminuir o hiato tecnológico por meio da aviação do Exército e da Guerra Eletrônica, criar novas brigadas na Amazônia Legal em conexão com o Projeto Calha Norte, além da intenção de desconcentração de organizações militares do Rio de Janeiro, redistribuindo-as estrategicamente uma vez que era patente a falta de unidades militares na Amazônia, como também os problemas fronteiriços, destacando-se os crimes socioambientais,

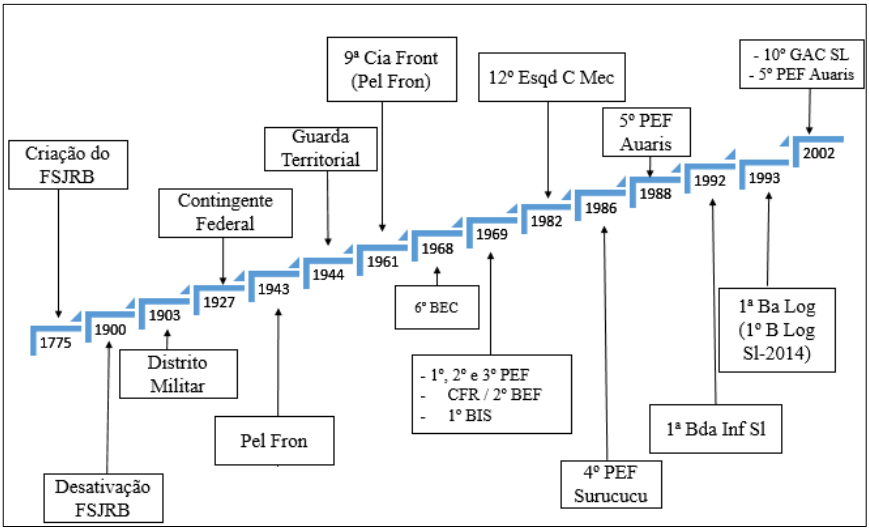
transnacionais, tráfico, contrabando, dentre outros (KUHLMANN, 2007).

No caso brasileiro, sabemos que a Amazônia ocupa um lugar de destaque no imaginário militar e que, desde meados da década de 1980, quando se arrefeceram as antigas rivalidades estratégicas entre o Brasil e a Argentina, aumentaram as preocupações militares com as fronteiras amazônicas. Há, desde então, um movimento de transferência de unidades militares das fronteiras sul-sudeste para a fronteira norte e a implementação de projetos governamentais voltados para o desenvolvimento, a proteção e a defesa militar da Amazônia, como o Programa Calha Norte e o SIVAM/SIPAM (Sistema de Vigilância da Amazônia/Sistema de Proteção da Amazônia).

Após a desativação do Forte São Joaquim do rio Branco, em 1900, ao longo do tempo ocorreram vários fenômenos geopolíticos, históricos-militares que corroboram para que ocorressem a ampliação do Poder Militar na Amazônia Setentrional (especialmente em Roraima) dentro de um contexto que possibilitasse a ocupação e presença militar em áreas fronteiriças, através de realocamentos, transferências e/ou criação de unidade militares.

Ademais, observa-se que ao longo do tempo histórico a ampliação do Poder Militar do Exercido Brasileiro no estado de Roraima (figura 25) se materializa a partir da criação do Forte São Joaquim do Rio Branco em 1775, cuja finalidade primeira visava fazer a defesa territorial do Brasil português, bem como assegurar a posse lusitana e expulsar o inimigo invasor oriundo principalmente da Europa, até a consolidação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva em 1992, concomitantemente com suas Organizações Militares Diretamente Subordinadas.

Figura 25 - Evolução geohistórica do Poder Militar do Exército Brasileiro no estado de Roraima



Fonte: Elaboração própria (GOMES; SENHORAS, 2020).

Neste longo processo da ampliação Poder Militar, dezenas de Organizações Militares foram criadas e/ou realocadas de outras regiões para o atual estado de Roraima o que contribuiu e continua a contribuir de forma significativa para o desenvolvimento e integração regional com as demais regiões geográficas do Brasil, bem como para a manutenção da harmonia interestatal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro apresentou uma detida análise dos processos exploratórios da Amazônia a partir da segunda metade do século XV até os dias atuais, sob uma perspectiva histórica e geopolítica-militar por meio de uma visão holística e aspectos de múltiplos conflitos socioculturais nas distintas transformações ocorridas na região, decorrentes de inúmeras expedições comerciais, expansionistas e/ou exploratórias através de ações de europeização que transformaram o espaço amazônico.

A pesquisa realizou um resgate historiográfico acerca da exploração da bacia do rio Amazonas com base em leituras de origens holandesas dentro de uma perspectiva de Amazônia Caribenha, e da *posteriori* consolidação geopolítica portuguesa na Amazônia e o processo de colonização nas bacias dos rios Negro e Branco mediante estratégias de uso de fortificações militares às margens dos principais rios amazonidas, contribuindo para materialização do Estado português fora da Europa e, em momento posterior, para a conformação do Estado brasileiro.

A encasada busca do sonhado *El Dorado* na Amazônia desencadeou um longo período de exploração marítima e indígena por séculos que mudaria em definitivo o espaço amazônico por meio do fenômeno da europeização (principalmente por nações da Espanha, França, Portugal, Holanda e Inglaterra), e por conflitos geopolíticos exógenos e socioculturais na região, e assim, conquistando e ocupando o território amazônico por meio do processo de colonização.

A presença das fortificações na Amazônia, além de servir para sua atividade-fim de defesa e presença militar para garantir a posse do território na Amazônia, deu início ao longo processo de povoamentos em diversos momentos históricos e em distintas áreas,

contribuindo também para o aumento da presença militar por meio da ampliação do Poder Militar português até a conformação do território brasileiro em 1822, e, por conseguinte, o surgimento do Exército Brasileiro, alterando em definitivo o espaço amazônico.

A presença e ocupação militar por parte das Forças Armadas do Brasil na Amazônia Legal decorreram de longo e lento processo de ampliação do Poder Militar, notadamente do Exército Brasileiro, e em específico na região do estado de Roraima com o Forte São Joaquim do rio Branco (1775-1778), dando início a um novo ciclo militar na região através de uma geopolítica expansionista e integradora, tendo foco as regiões fronteiriças, sendo estas consideradas vulneráveis e suscetíveis aos crimes transnacionais.

A ampliação do Poder Militar junto à Amazônia Setentrional, especificamente no estado de Roraima ocorre a partir de políticas públicas de integração regional e de defesa nacional no final da década de 1930 e incrementada durante a ascensão dos militares ao centro do governo central do Brasil (1964-1985), bem como pela mudança de postura das Forças Armadas do Brasil priorizando a Amazônia Legal com prioridade, e após o arrefecimento das tensões existente ainda no Cone Sul, notadamente entre Brasil e Argentina e demais países andinos da região.

Em Roraima, a ampliação do Poder Militar do Exército Brasileiro ocorreu de modo lento e pontual, notadamente após a Questão de *Rupununi* em 1969, o que possibilitou o Estado brasileiro em construir a rodovia federal BR-174 fazendo a conexão entre a cidade de Manaus a cidade de Pacaraima (Fronteira entre Brasil e Venezuela), permitindo um substancial aumento na criação e/ou transferência de unidades militares para o estado, encerrando o ciclo com a consolidação da 1ª Brigada de Infantaria de Selva em 1992.

Como resultados, a pesquisa trouxe um novo mapeamento das fortificações militares instaladas durante o processo de exploração e/ou das expedições de europeus na Amazônia durante os séculos XVI ao XIX. Tal resultado deriva da contribuição adquirida junto ao Comando Militar da Amazônia (AM), onde se obteve dados e informações necessários para que fosse possível construir o referido mapa, ainda que na literatura se encontrem mapas desta natureza embora com baixa quantidade de fortificações georreferenciados, diferentemente do que foi apresentado, por meio de auxílio do Tenente-Coronel R1 Lauro Augusto Andrade Pastor Almeida.

Nesse sentido, o mapa das fortificações surge como uma inovação a ser incrementada no meio acadêmico, pois se acredita que se constitui como o mais condizente à realidade e em relação à literatura, ainda que de alguma forma possa ser aprimorado do ponto de vista temático e/ou da forma que se julgue necessário, pois, surge como uma importante contribuição geohistórica, geopolítica e militar, em que se teve como base o trabalho de campo durante as visitações nos sítios militares.

Como segundo resultado, a pesquisa trouxe um arcabouço que envolveu questões geohistóricas sobre a Amazônia, com base em uma rica leitura sobre a Amazônia Caribenha derivada da literatura holandesa relativamente conhecida no Brasil, de modo que o trabalho contribui com o pioneirismo do trabalho desenvolvido pelo professor Reginaldo Gomes de Oliveira, do Departamento de História da Universidade Federal de Roraima. O olhar trazido na presente pesquisa sobre Amazônia Caribenha corrobora na assertiva trazida pela historiografia das observações e estudos de viajantes além de outras fontes, uma vez que estudos desta natureza são rarefeitos.

Como terceiro resultado, o trabalho se apresenta como sendo um dos primeiros que trouxe uma discussão geopolítica sobre

questões que envolvem o Poder Militar no estado de Roraima (embora existam trabalhos que discutem esta temática em tempos pretéritos, contudo, pouco se sabe do seu incremento), por meio de um trabalho de campo que envolveu vários *stakeholders* de diversos sítios militares com coleta de dados e de informações; além de contribuir para a composição de um acervo iconográfico, quer seja de mapas, quer seja fotográfico, uma vez que a obtenção de dados, informações, além compor um acervo iconográfico, constitui também como um resultado que deverá ser levando em consideração, haja vista ser avaliado como um novo produto conformado durante a construção da presente pesquisa.

Como quarto resultado, a pesquisa apresentou a evolução geohistórica do Poder Militar no contexto do estado de Roraima, notadamente pelo Exército Brasileiro, partindo de uma análise ampliada de acontecimentos geohistóricos e geopolítico-militares que permearam a europeização na Amazônia até as instalações de fortificações militares na região, o que desencadeou um longo processo de exploração indígena até a conformação do Estado brasileiro.

Como quinto resultado, acredita-se que a pesquisa tenha corroborado com os atuais estudos geoestratégicos na Amazônia, de modo a proporcionar uma leitura híbrida sobre o poder militar na região que se estruturou entre os debates Geopolítica e a Geohistória, valorizando assim o estado da arte com base em, tanto, um olhar diacrônico de publicações clássicas, quanto, um olhar sincrônico de pesquisas recentes.

Portanto, com base nos debates e resultados ora suscitados na presente pesquisa, este trabalho expõe uma agenda prospectiva de natureza normativa ou propositiva que visa subsidiar funcionalmente pontos de ação por parte da comunidade científica que, eventualmente, tome como menção os diagnósticos deste estudo.

Sendo assim, com referência às sugestões para futuras pesquisas, que sejam realizadas novas visitas nos sítios militares do estado de Roraima a fim de complementação de possíveis lacunas de conteúdo geopolíticos e geohistóricos, bem como sejam realizadas novas pesquisas com temáticas diversas, direcionadas para a Geografia Militar na Amazônia Legal, isto é, a geografia dentro de um contexto militar, com ênfase para Roraima, uma vez que o processo histórico deste estado está relacionado a uma escola de pensamento específico, ou seja, na hibridação entre pensamento geográfico e militar, o que corroboraria para uma agenda em crescimento na literatura local e regional.

Com referência a problemática proposta como objeto de estudo, afirma-se que foram realizadas análises sendo possível a obtenção de dados os quais permitiram responder as assertivas iniciais e indutoras dos resultados e respostas sobre quais foram os fenômenos que justificaram as primeiras expedições e/ou explorações de europeus na Amazônia a partir da metade do século XV, que derivou numa europeização no espaço amazônico, notadamente por meio da exploração de mão-de-obra escravizada de indígenas nativos, o que ocasionou uma série de conflitos étnicos e socioeconômicos por grande parte da Amazônia.

Ainda foi possível identificar os principais fenômenos que corroboraram para que ocorressem a ampliação do Poder Militar do Exército Brasileiro na Amazônia Setentrional por meio de realocações e/ou transferências de grandes centros urbanos para a Região Norte, notadamente em virtude de uma geopolítica expansionista de integração e desenvolvimentista, incrementada por políticas de Defesa Nacional com a finalidade de manutenção territorial e fixação do homem em áreas de pouco presença estatal.

Por fim, após identificados e elencados os principais resultados os quais permitiram a autenticação da presente pesquisa, com o apontamento das sugestões de proposições para outras

pesquisas que eventualmente tomem como referência à presente investigação, conclui-se que a pesquisa ora apresentada possui natureza de estudos inéditos nela contidos no âmbito do estado de Roraima, dessa maneira, estando aptos para a oportunizar maior desenvolvimento regional na historiografia roraimense e na Defesa Nacional local.

A pesquisa trouxe um arcabouço cronológico acerca da ampliação do Poder Militar para o estado de Roraima com ênfase no Exército Brasileiro a partir da criação e desativação do Forte São Joaquim do rio Branco, dando início a um longo e lento processo de aumento da presença e ocupação militar no então Vale do rio Branco, por meio de políticas públicas de defesa, integração e desenvolvimentista para a região mais setentrional do Brasil, culminando com a criação doa 1ª Brigada de Infantaria de Selva em 1992 (atualmente sendo a representação do Exército Brasileiro no estado de Roraima).

Ao longo de mais de dois séculos, observou-se que vários foram os fenômenos que corroboraram para que ocorressem mudanças significativas, no que concerne a ampliação de Poder Militar no estado de Roraima que possui maior efetivo e espacializados em áreas remotas do estado, que contribuiu e continua contribuindo de forma direta e indireta para o desenvolvimento e integração local e regional.

Desse modo, o presente livro evidenciou vários fenômenos históricos, geopolíticos geohistóricos e militares, que motivaram a expansão e exploração da Amazônia através de um processo de europeização e conformação da presença portuguesa, especialmente com as construções das diversas fortificações militares, com a posterior materialização do Estado brasileiro, como também apresentou o processo de ampliação do Poder Militar no estado de Roraima por meio do Exército Brasileiro.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. “Sobre a memória das cidades”. **Anais do colóquio do discurso geográfico na Aurora do século XXI**. Florianópolis: UFSC, 1996.

AGUIAR, A. C. **A Revolta do Rupununi no contexto da Guerra Fria** (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação Relações Internacionais). Boa Vista: UFRR, 2014.

AGUIAR, A. C; OLIVEIRA, P. S. VANESSA.; SCHWAIZER, V. R. “Uma análise das políticas de defesa para a Amazônia”. **Anais do encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa**: Belém: ABED, 2013.

ALSINA JÚNIOR, J. P. S. “O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea”. **Revista Brasileira de Política Internacional**. vol. 52, n. 2, 2009.

BATISTA, D. L. **Guarda Territorial: Instituição de segurança e de trabalho social no Território de Rio Branco/Roraima entre 1944 e 1974**. (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História). Boa Vista: UFRR, 2014.

BECKER, B. K. “Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?” **Parcerias estratégicas**, n. 12, setembro, 2001.

BECKER, B. K. “Amazônia: geopolítica na virada do III milênio”. **Revista Estudos Avançados**. vol. 19, n. 53, jan., 2005.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do terceiro milênio. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.

BENTO, C. M. “Forte São Joaquim do rio Branco: Sentinela do Brasil no extremo Norte nos séculos XVIII e XIX”. **Revista do Militar Brasileira**, vol. 106, 1975.

BRASIL. **Decreto n. 50.480, de 20 de abril, 1961**. Disponível em:<www.camera.leg.br>. Acesso em: 10/02/2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. “Manual de Campanha C7-30: Batalhões de Infantaria”. **Portal Eletrônico do Ministério da Defesa** [1984]. Disponível em:<www.bdex.eb.mil.br>. Acesso em: 10/02/2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. “Val de Cães”. **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [1995]. Disponível em:<ww.mb.mil.br>. Acesso em: 10/08/ 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. “Histórico do Comando Militar da Amazônia”. **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2016]. Disponível em:<http://cma.eb.mil.br>. Acesso em: 10/02/ 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. “Marinha ativa primeira Organização Militar em Roraima” **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2018a]. Disponível em: <http://mb.eb.mil.br>. Acesso em: 09/11/ 2019.

BRASIL. “Operação Acolhida”. **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2018b]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 09/11/2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. “Poder Militar brasileiro como instrumento de Política Externa. **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2019a]. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br>. Acesso em: 15/02/2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. “Comando Fronteira / 7º Batalhão de Infantaria de Selva (CFR/7º BIS). Historio”. **Portal eletrônico do CFR/7º BIS** [2019b]. Disponível em: <www.7bis.eb.mil.br/historico.html >. Acesso em: 15/02/2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. “Histórico do C Dout Ex. Doutrina Militar”. **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2019c]. Disponível em: <http://www.cdoutex.eb.mil.br>. Acesso em: 16/02/2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. “Armas, Quadros e Serviços”. **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2019d]. Disponível em:<http://www.eb.mil.br>. Acesso em: 10/02/2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. “Força Aérea Brasileira celebra 78 anos de criação. História”. **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2019e]. Disponível em:<www.fab.mil.br/ministerio>. Acesso em: 05/11/2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. “História do Exército Brasileiro”. **Portal eletrônico do Ministério da Defesa** [2019g]. Disponível em: <www.defesa.gov.br>. Acesso em: 30/01/2019.

BRAUDEL, F. **O espaço e a história no mediterrâneo**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1985.

BRITO, D. C. “A modernização da superfície: Estado e Desenvolvimento na Amazônia”. **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**, ano 5, n. 10, 2001.

CAPISTRANO DE ABREU, J. **Capítulos de história colonial, 1500-1800**. Brasília: Editora Senado Federal, 2000.

CAVALCANTI, U. G. “Múltiplos aspectos do emprego das Forças Armadas (FA) na Garantia da Lei e da Ordem (GLO)”. **Em pauta-Revista da Escola de Guerra Naval**, n. 08, 2016.

CINTRA, J. P. “O mapa das Cortes e as fronteiras do Brasil”. **Boletim Ciências Geodésicas**, vol. 18, n. 3, julho/setembro, 2012.

CURADO, P. R. F.; SARTI, I. P. A. “Soberania, fronteiras e integração regional: uma análise sobre a reorientação política para os limites da Amazônia”. **Anais do 32º Encontro Anual da Anpocs**: Caxambu, 2008.

D’ARAÚJO, M. C. “Acordo Militar Brasil-Estados Unidos (1952)”. **Portal eletrônico da Fundação Getúlio Vargas** [2019]. Disponível em:<www.fgv.br>. Acesso: 19/08/ 2019.

DA SILVA, C. E. M. **O Sistema de Planejamento do Exército Brasileiro (SIPLEX)**: uma análise da doutrina militar terrestre do Exército Brasileiro e do seu planejamento (2002-2007) (Tese de Doutorado em Ciências Política) São Paulo: UFSC, 2009.

DIOCESSE DE SANTO ANRÉ. “Bula Papal”. **Portal eletrônico da Diocese de Santo André** [2019]. Disponível em: <diocesesa.org.br>. Acesso em: 09/11/ 2019.

FALEIROS, Á. “Presença francesa no Brasil”. **Estudos Avançados**, vol. 27, n. 79, 2013.

FARAGE, N. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas do rio Branco e a Colonização. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.

FERNANDES, A. S. “A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva”. **Antíteses**, vol. 2, n. 4, 2009.

FERREIRA, W. **Exército Brasileiro e Amazônia: intervenções educativas sociocomunitárias, intersubjetividade e tecnologias sociais no 3º Pelotão Especial de Fronteira - 3º PEF, em Pacaraima-RR** (Dissertação de Mestrado em Educação). São Paulo: CUSSP, 2016.

FOLHA DE BOA VISTA. "Quartéis militares do Exército em Roraima". **Portal eletrônico do Jornal Folha de Boa Vista** [08/09/2015]. Disponível em: <www.folhabv.com.br>. Acesso: 04/04/2020.

FREITAS, R. *et al*. **Memória histórica do Ministério Público Militar**. Brasília: Editora MPM, 2012.

GADELHA, R. M. F. "Conquista e ocupação da Amazônia: fronteira norte do Brasil". **Estudos Avançados**, vol. 16, n. 45, 2002.

GOMES, M. L. **As missões tácitas dos Pelotões Especiais de Fronteira em faixa de fronteira no estado de Roraima** (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia). Boa Vista: UFRR, 2017.

GOMES, M. L; SENHORAS. **Arquivo de mapas elaborados para o livro Geohistória e Geopolítica Militar**: Da Amazônia a Roraima (CD-ROM). Boa Vista: UFRR, 2019a.

GOMES, M. L; SENHORAS **Arquivo fotográfico adquirido em sítios militares** (CD-ROM). Boa Vista, 2019b.

GOMES, M. L; SENHORAS. **Arquivo de ilustrações do livro Geohistória e Geopolítica Militar**: Da Amazônia a Roraima (CD-ROM). Boa Vista: UFRR, 2020.

HAESBAERT, R. "Região, diversidade territorial e globalização". **GEOgraphia**. n. 1, 1999.

HORA, A. H. S. “A Influência da ECEME no Pensamento Militar Brasileiro”. **Revista PADECEME**, 2005.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

KUHLMANN, P. R. L. **Exército Brasileiro**: estrutura militar e ordenamento político: 1984-2007 (Tese de Doutorado em Ciências Políticas). São Paulo: USP, 2007.

KUHLMANN, P. R. L. “Mudança de missões e estrutura de defesa do Exército Brasileiro (1985-2007)”. **Anais do IX Congresso Internacional da BRASA**. New Orleans: BRASA, 2007.

LAZZARINI, A.; *et al*., **Direito administrativo da ordem pública**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1998.

LIMA, A. M. A.; SENHORAS, E. M.; RIKILS, V. S. S. **Ciclo de vida do Lago Caracaranã**. Boa Vista: EdUFRR, 2017.

LOURENÇÃO, H. J. **Forças Armadas e Amazônia (1985 a 2006)** (Tese de Doutorado em Ciências Política). Campinas: UNICAMP, 2007.

LUEDY, T.; MELLO, M D. “Geopolítica e projeção de poder na Amazônia: reestruturação da estratégia de defesa, reorganização dos comandos militares e remanejamento de forças”. **Portal Eletrônico Academia** [2016]. Disponível em <www.academia.edu>. Acesso em 17/02/2020.

MACEDO, H. G. C. **A Guerra das Malvinas e as perspectivas para a Região Sul-americ**ana (Trabalho de Conclusão de Especialização). Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2018.

MACHADO, M. S. "Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de Espaço, Território e Territorialidade". **GeoUERJ**, n. 1, 1997.

MAFRA, R. M. O. **Geopolítica** – Introdução ao Estudo. São Paulo: Editora Sicurezza, 2006.

MARQUES, A. A. "A Estratégia militar do Exército Brasileiro para a Amazônia. Fundamentos e implicações para a cooperação militar no sul da América Latina". **Anais do Simpósio do XXIII de História**: Londrina: ANPUH, 2005.

MARTINS FILHO, J. R.; ZIRKER, D. "Forças Armadas, soberania nacional e defesa da Amazônia". **Estudos de História**, vol. 8, n. 1, 2001.

MATTOS. C. M. **Uma geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: Editora Coleção documentos brasileiros, 1980.

MATTOS. C. M. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1990.

MEDEIROS, O. **Territórios Federais**: doutrina, legislação e jurisprudência. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1944.

MEDEIROS, R. A. L. "Governo da natureza (parte II): a construção de uma Amazônia geopolítica". **Universitas JUS**, vol. 27, n. 1, 2016.

MIRANDA, J. B. **Amazônia**: área cobiçada. Porto Alegre: Editora AGE, 2005.

MIYAMOTO, S. "Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação". **Revista Perspectiva**. n. 92, 1981.

NASCIMENTO, D. M. "Geopolítica e Forças Armadas na Amazônia: desafios políticos e institucionais para a Defesa no

século XXI". **Portal Eletrônico do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos** [2009]. Disponível em: <www.naea.ufpa.br>. Acesso em 10/01/2020.

NASCIMENTO, M. L. **Poder Nacional e produção do espaço na Amazônia**: o 5º Pelotão Especial de Fronteira – vetor estatal – e suas funcionalidades na cabeça do cachorro (Dissertação de Mestrado em Geografia). Recife: UFPB, 2008.

NASCIMENTO, M. R. **O papel geopolítico da Amazônia brasileira e sua inserção nas políticas voltadas à segurança nacional**: uma análise dos documentos oficiais de defesa e das políticas de controle territorial (Dissertação de Mestrado em Geografia). São Paulo: USP, 2013.

OBINO, J. L. F. "A Amazônia e a Marinha: Suas Necessidades de Meios para o Terceiro Milênio-Uma Reflexão". **Revista Marítima Brasileira**, vol. 118, n. 04/06, 1998.

OLIVEIRA, R. G. **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima** (Tese de Doutorado em História): São Paulo, USO, 2003.

OLIVEIRA, R. G. "Notas sobre os holandeses na Amazônia no período colonial". **Revista Textos & Debates**, n. 11, julho/dezembro, 2006.

OLIVEIRA, R. G. **A presença holandesa na Amazônia Caribenha entre os séculos XVI e XVII**: Da Costa Selvagem ao Rio Branco. Boa Vista: EdUFRR, 2011.

OLIVEIRA, R. G. "Holandeses na Amazônia Caribenha Colonial: dos Caminhos Históricos aos processos das Relações Internacionais". **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**: São Paulo: ANPUH, 2011.

OLIVEIRA, R. G. **Amazônia Caribenha**: a regionalização, os caminhos históricos e culturais. Boa Vista-RR: EdUFRR, 2014.

PAULO, M. T. "O Impacto da Europeização no Parlamento". **Working Paper IPRI**, n. 21, 2006.

PEREIRA, M. C. "A memória de brasileiros e guianenses sobre a Revolta do Rupununi na fronteira Brasil – Guiana". **Textos e Debates**, n.14, 2008.

PEREIRA, P. A. S. **Rios, Rede**s **e Regiões**: a sustentabilidade a partir de um enfoque integrado dos recursos terrestres. Porto Alegre: Editora AGE, 2000.

PIERANTI, O. P.; DA SILVA, L. H. R. "A questão amazônica e a política de defesa nacional". **Cadernos EBAPE**, vol. 5, n. 1, 2007.

PONTIN, R. A. L. "As Bulas e tratados dos Séculos XV, XVI e XVIII na história do direito brasileiro: seus reflexos na América portuguesa". **Caderno Unisal**, vol. 4, 2012.

PORTO, J. L. R. "Os Territórios Federais e a sua evolução no Brasil". **Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**, vol. III, n. 15, março, 1999.

PRIORI, A. *et al*. **O Território Federal do Iguaçu**. Maringá: EDUEM, 2012.

REZENDE, T. V. F. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileiro no período colonial**: a definição das fronteiras (Tese de Doutorado em História): São Paulo: USP, 2006.

RIBEIRO, G. **Espaço, tempo e epistemologia no século XX**: a geografia na obra de Fernand Braudel (Tese de Doutorado em Geografia). Niterói: UFF, 2008.

RIBEIRO, N. F. **A questão geopolítica da Amazônia**: da soberania difusa à soberania restrita. Brasília: Senado Federal, 2005.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: EdUSP, 2002.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: EdUSP, 2005.

SAQUET**,** M. A.; SILVA, S. S. "Milton Santos concepções de geografia, espaço e território". **Geosul**. vol. 2, n. 18, 2007.

SENHORAS, C. A. B. M.; SENHORAS, E. M. **Trinta anos da Delegacia da Mulher de Boa Vista (1986-2016)**. Boa Vista: EdUFRR, 2019.

SILVA, V. A. **Fortes e Pelotões Especiais de Fronteira na Amazônia**: O Exército Brasileiro como fator de ocupação, defesa e desenvolvimento regional. Curitiba: Editora Juruá, 2015.

SILVEIRA, C. C. "A Presença da Marinha do Brasil na Amazônia". **Paiaguás**, vol. 1, n. 1, 2015.

VIEIRA, J. G.; GOMES FILHO, G. F. "Forte São Joaquim: de marco da ocupação portuguesa do Vale do Rio Branco às batalhas da memória – século XVIII ao XX". **Textos e debates**, n. 28, 2015.

VILLAS BÔAS, E. D. C. "Meira Mattos, a Amazônia e o livro". **Cadernos de Estudos Estratégicos**, n. 12, dezembro, 2013.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES



Marcos de Lima Gomes é militar da reserva. Tecnólogo em Agronegócio, licenciado em Geografia, especialista pós-graduado em Educação, bem como com MBA em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Mestre em Geografia, possui interesses de pesquisa em Geografia Humana e Ambiental. Email para contato: mlgmarcos@hotmail.com.



Elói Martins Senhoras é economista e cientista político. Especialista, mestre, doutor e *post-doc* em Ciências Jurídicas. Atua como pesquisador e professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) em cursos de graduação e pós-graduação *stricto* e. *lato sensu*. *Website*: www.eloisenhoras.com. Email para contato: eloisenhoras@gmail.com.

COLEÇÃO

Comunicação & Políticas Públicas

COLEÇÃO COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), está à frente do selo coleção "Comunicação & Políticas Públicas" e recebe propostas de livros a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 40 laudas e no máximo 150 laudas configuradas obrigatoriamente em espaçamento 1,5, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas em arquivos separados, de maneira que ao longo do texto do livro sejam apenas indicados os espaços onde serão inseridas. As imagens deverão ser nomeadas e numeradas conforme os espaços indicados no texto.

A submissão do livro deverá ser realizada por meio do envio online de arquivo documento (.doc) em Word for Windows 6.0 ou versão mais recente. O autor ou autores devem encaminhar para o e-mail nupsbooks@gmail.com três arquivos: a) formulário de identificação do autor e da obra, b) livro com sumário no formato Word for Windows 6.0 ou versão mais recente, e, c) via escaneada de carta de autorização assinada pelo (s) autor (es) atestando que cede(m) seus direitos autorais da obra para a editora da Universidade Federal de Roraima.

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Coleção "Comunicação & Políticas Públicas"

Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS)

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Campus Paricarana

Bloco 1. Sala 179. Av. Cap. Ene Garcez, n. 2413.

Bairro Aeroporto. Boa Vista, RR.

 + 55 (95) 981235533 /  nupsbooks@gmail.com

 www.livroeletronico.net